



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0636/13	DATA: 29/05/2013
INÍCIO: 11h11min	TÉRMINO: 13h37min	DURAÇÃO: 02h26min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h26min	PÁGINAS: 53	QUARTOS: 30

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANTÔNIO FEIJÃO - Superintendente do Departamento Nacional de Produção Mineral — DNPM no Estado do Amapá.

PABLO DUARTE CARDOSO - Chefe da Divisão de Europa Ocidental do Ministério das Relações Exteriores.

LUÍS MAURO GOMES FERREIRA - Coordenador-Geral de Mineração em Áreas de Conservação e Conflito do Ministério de Minas e Energia.

MIGUEL CAETANO - Prefeito de Oiapoque, Amapá.

GILBERTO PINHEIRO - Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.

SUMÁRIO: Debate dos termos do acordo entre Brasil e França sobre exploração ilegal de ouro em zonas protegidas na fronteira do Amapá e da Guiana Francesa, previstos na Mensagem 668, de 2009.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.

Há palavras ou expressões ininteligíveis.

Há orador não identificado em breve intervenção.

Grafia não confirmada: Cermi.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores convidados, demais presentes.

Em nome da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, dou as boas-vindas aos nossos convidados, que gentilmente aceitaram o convite para participar deste importante debate.

Dou as boas-vindas, igualmente, a todos os Parlamentares e ao público aqui presente.

Esta reunião ordinária de audiência pública tem por objetivo debater os termos do acordo entre o Brasil e a França sobre exploração ilegal de ouro em zonas protegidas na fronteira do Amapá e da Guiana Francesa, previstos na Mensagem nº 668, de 2009, e decorre da aprovação dos Requerimentos nºs 162, de 2012, e 262, de 2013, ambos de autoria deste Parlamentar, o Deputado Sebastião Bala Rocha.

Vou convidar para compor a Mesa os debatedores.

Sr. Miguel Caetano, Prefeito da cidade de Oiapoque. Obrigado pela presença, Prefeito. Sabemos das dificuldades que enfrentam para chegar até aqui.

Sr. Luís Mauro Gomes Ferreira, Coordenador-Geral de Mineração em Áreas de Conservação e Conflito do Ministério de Minas e Energia. Seja bem-vindo, Dr. Luís Mauro.

Sr. Pablo Duarte Cardoso, Chefe da Divisão de Europa Ocidental do Ministério das Relações Exteriores. Seja bem-vindo, Embaixador.

Sr. Gilberto Pinheiro, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá e especialista em assuntos da fronteira da nossa região e da Amazônia. Seja bem-vindo, Dr. Gilberto Pinheiro. É um prazer contar com sua presença aqui.

Sr. Antônio Feijão, Superintendente do Departamento Nacional de Produção Mineral no Amapá. O Sr. Antônio Feijão foi Deputado Federal por três mandatos. Para nós é uma alegria que esteja aqui presente também, porque o Deputado Feijão é um especialista e um profundo conhecedor do processo de mineração em todo o Brasil, sobretudo nessa área.

Quero registrar a presença do Deputado Eduardo Azeredo (ainda é, acho, o Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-França, foi Governador de Minas Gerais, Senador e agora é Deputado Federal); do Deputado Davi Alcolumbre, do Amapá; da



Deputada Dalva Figueiredo; e do Deputado Jair Bolsonaro. Agradeço a V.Exas. a presença.

Assinalo a presença do Dr. Antônio Cardoso, que também poderá contribuir durante os debates, devido a sua experiência, foi Chefe da Procuradoria do Ministério Público Federal no Amapá. Eu o convido para sentar aqui na frente.

Os Deputados, se desejarem, podem ocupar as primeiras fileiras.

Eu gostaria de saber se há mais alguém representando algum setor de Oiapoque. O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oiapoque, Vereador Lobão, está aqui representando a Casa Legislativa daquele Município. Eu agradeço ao Vereador Lobão a presença.

Eu quero comunicar que tínhamos marcado esta audiência pública para outro dia, mas a data que escolhemos coincidiu, infelizmente, com o aniversário do Município de Oiapoque. Por isso esta audiência está sendo realizada hoje. Quando fizemos o adiamento, achávamos que hoje haveria atividades normais na Casa, mas, por ser véspera de feriado, o Presidente da Casa convocou reuniões desde segunda-feira. Então, tivemos de participar de muitas votações desde segunda-feira —ontem, foi o dia todo. Não foi marcada reunião ordinária hoje na Comissão de Relações Exteriores. O nosso acordo com o Presidente foi no sentido de que a reunião de audiência pública aconteceria ao final da reunião ordinária desta Comissão, ocasião em que provavelmente haveria a presença de número maior de membros da Comissão.

Mas, enfim, os Deputados que estão aqui representam muito bem a Comissão e certamente vão contribuir para o debate que faremos relacionado à votação da referida mensagem.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Tem a palavra o Deputado Eduardo Azeredo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Sr. Presidente, antes do início do processo de exposições, eu queria apenas relatar que, há 3 anos, estive com o Senador Heráclito Fortes na cidade de Caiena, onde tivemos reuniões com a comunidade brasileira que lá reside. Existe uma associação da comunidade brasileira lá. Eles nos apresentaram esses problemas relativos à questão da polícia,



especialmente à maneira como são tratados. Da mesma forma, tivemos reuniões com membros do Executivo. Com eles, notamos a preocupação, que depois me foi trazida também pelo Embaixador da França, com a continuidade de atos de alguma forma ilegais em relação à parte do garimpo, evidentemente sempre separando uma parte que estaria na ilegalidade e outra parte que funciona normalmente dentro do país.

O outro ponto que nos preocupou foi que a população brasileira carece de uma assistência jurídica mais adequada. A própria Embaixada reconheceu que não existe esse tipo de acompanhamento. O máximo que eles fazem é indicar algum advogado. A segunda instância, na verdade, realiza-se em Paris, porque, sendo a Guiana Francesa um departamento francês, se há um recurso, esse recurso só é julgado na França, o que causa ainda mais dificuldades para os brasileiros, evidentemente.

Eu queria só fazer esse relato.

Informo ainda que não sou mais o Presidente, sou Vice-Presidente do Grupo Parlamentar. O Presidente agora é o nosso colega Deputado Hugo Napoleão. Ele assumiu o cargo na semana passada.

Esse acordo é do interesse tanto do Brasil quanto da França. Vamos, então, com muito interesse, ouvir os expositores, para que depois possamos votar o acordo nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Muito obrigado, Deputado Azeredo.

Eu quero também fazer um convite ao advogado Maurício Pereira, do Amapá, que conhece bem essa atividade, sobretudo a relacionada à comercialização de ouro na região do Oiapoque. Convido o Maurício para ficar um pouco mais à frente.

Em poucas palavras, quero justificar por que até agora esse acordo não foi votado. Eu sou o Relator dessa matéria. Acredito que, desde 2010, sou o Relator desse acordo. Há quase praticamente 3 anos, Deputado Bolsonaro, que esse acordo tramita, desde 2009. O outro Relator saiu da Comissão, e eu assumi a relatoria.

Achei por bem não priorizar a votação desse acordo. Estou fazendo isso agora porque tenho sido, de fato, pressionado pelos Governos do Brasil e da



França. A Presidenta Perpétua recebeu, no ano passado, e o Presidente Nelson Pellegrino, neste ano, tem recebido muitas manifestações do Governo da França e do Governo brasileiro, no sentido de que esse acordo seja votado. Havia o risco, inclusive, de eu ser afastado da relatoria, caso o acordo não viesse a ser votado até junho, que foi o prazo que me foi concedido para que eu conclua o meu parecer e seja a matéria votada.

Este acordo foi assinado sob um aspecto muito centralizado. Ele foi assinado no Rio de Janeiro, no período entre o Natal e o Ano-Novo de 2008, pelos então Presidentes Sarkozy e Lula, sem qualquer conhecimento da comunidade local, do ponto de vista dos moradores de Oiapoque, das autoridades de Oiapoque. O Prefeito à época, os Vereadores não tomaram qualquer conhecimento. O então Governador do Estado, Waldez Góes, não teve conhecimento, nem o Deputado Nelson Marquezelli, nem os Senadores, nem os Deputados Federais. Nenhuma autoridade do Amapá teve conhecimento. Lamentavelmente, o Ministério das Relações Exteriores, Embaixador, com o qual tenho boas relações — não é uma crítica, é uma constatação —, não teve o cuidado, o zelo de conversar, de debater esse acordo com as autoridades do Amapá.

Esse acordo causa impactos, sobretudo econômicos, no Município de Oiapoque, e não há qualquer manifestação do Governo brasileiro no sentido de estabelecer, de alguma forma, compensações para fortalecer a economia de Oiapoque, em substituição a essa economia relacionada ao comércio, à navegação.

Sendo assim, achei por bem, como disse, retardar a votação desse acordo, para que tivéssemos oportunidade de debatê-lo. No Amapá, fizemos uma audiência pública em Macapá. Foi uma audiência pública muito concorrida.

Aliás, parabéns, Prefeito, Vereador Lobão, que foi o autor do requerimento. A Deputada Dalva esteve presente. Tinha outra audiência, e acabamos realizando a reunião conjuntamente.

Portanto, essas são as razões.

Hoje vamos realizar esta audiência pública. Futuramente — no mês de junho, acredito — haverá a votação. Nós vamos conduzir o nosso parecer embasados no que estamos ouvindo nas audiências públicas, as realizadas no Amapá e também a de hoje.



Eu estive em Lyon em 2010. O conceito da França é o de que qualquer tipo de acordo que envolva comunidades locais tem que ter a participação e o conhecimento das comunidades locais. Só que, na hora de assinar esse acordo, eles esqueceram esse preceito, digamos, no sentido de que têm de trabalhar de maneira mais descentralizada quando se trata de qualquer tipo de processo que envolva comunidades locais. Com relação ao Brasil, eles desconheceram esse princípio e, infelizmente, não fizeram qualquer contato com a comunidade local nem com as autoridades do Amapá.

Pois não, Deputado Nelson Marquezelli.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Sr. Presidente, esta Casa precisa ter a coragem — nós somos os representantes do povo — de não aprovar qualquer tipo de acordo feito pelo Itamaraty, pelo Governo brasileiro que não for do interesse do País.

Nós participamos antes de audiência pública a respeito da Venezuela. As denúncias são escabrosas. É algo do outro mundo. Esse país resolvemos aceitar no MERCOSUL. Eu estou com moção de repúdio que vamos aprovar na semana que vem. O Itamaraty precisa tomar uma posição quanto ao que está acontecendo. Não pode deixar brasileiro preso lá durante 15, 20 dias. Não podem as Forças Armadas de lá dar um tiro num brasileiro e permitir que esse brasileiro, preso, perca o braço por causa de gangrena. O que é isso?

Quando eu vejo esses acordos, feitos de cima para baixo, enfiados goela abaixo, eu fico muito receoso. Eu vim para esta Comissão para ajudá-los a fazer um trabalho em defesa principalmente dos Estados periféricos a esses países vizinhos.

Eu vejo com muita simpatia o nosso colega Antônio Feijão, que vive próximo dessas regiões. Conheço o teor de seu trabalho. Foi nosso companheiro e teve atuação fabulosa na defesa do nosso País.

V.Exa., Sr. Presidente, que é o autor do requerimento, está preocupado com essa questão. Tenho a mesma preocupação. Parece que o Governo corta propositadamente subsídios, recursos das nossas Forças Armadas, que atuam na periferia dos Estados que fazem fronteira com esses países vizinhos. Nós não podemos permitir isso. Nós temos que fazer com que haja a defesa do território nacional.



Essa política de integração sul-americana não me está cheirando bem. Não me está cheirando bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Muito obrigado, Deputado Marquezelli.

Eu lamento que o Governo do Estado não tenha mandado para cá um representante. Isso mostra como está sendo abordada essa questão. É um assunto de extremo interesse para a nossa região. Houve convite oficial ao Governador, e mais uma vez o Governo vai ficar sem participar do debate, porque o Governador não veio nem enviou representante.

Eu vou conceder a palavra inicialmente ao Deputado Feijão, porque ele nos vai trazer as referências geográficas, históricas e culturais da região, para que os demais debatedores possam estar mais bem informados a respeito do que acontece lá.

O Deputado Feijão é geólogo, foi Deputado Federal por três mandatos e hoje está à frente do DNPM no Amapá.

A média de tempo de que cada orador disporá vai ser de 15 minutos. Quem puder usar menos de 15 minutos certamente ajudará que o término desta audiência ocorra mais cedo.

Com a palavra o Deputado Feijão.

O SR. ANTONIO FEIJÃO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, convidados, demais presentes, bom dia.

Em 4 de dezembro de 2011, eu estive em Caiena para participar de um congresso sobre mineração de ouro, o Kayenn Mining Symposium. Eu concluí minha palestra lá depois que o representante do Suriname falou, dizendo que Caiena tem 180 mil habitantes, quase 95 mil carros, não tem garagem — todo o mundo estaciona nas calçadas da cidade — e que, no porto, só entra navio de até 10 mil toneladas. Eu disse: *“Vocês têm três problemas aqui. Um, falta de calçadas; dois, o calado do porto; e três, o Suriname, que deu 11 mil carteiras de garimpeiros para brasileiros virem legalmente, do ponto de vista do Suriname, garimpar em território francês”*.



Nessa história, se não houver uma ordem política muito aprimorada, território e sociedade entram em conflito. Por isso estamos nesta Casa, que dá essa harmonia.

(Segue-se exibição de imagens.)

Todo o ouro tirado do mundo, se fosse formado um bloco, passaria debaixo do primeiro arco da Torre Eiffel.

As reuniões bilaterais do Acordo-Quadro não conseguem construir uma solução. Por quê? Porque elas sempre terminam em soluções policialescas. Quando um francês vem para o território brasileiro, ele é uma questão diplomática; quando um brasileiro sofre qualquer desavença legal em território francês, ele é uma questão de polícia. Então, essa assimetria tem que mudar.

A Amazônia não está com população de 24 milhões de habitantes porque essas pessoas nasceram lá. O Estado nacional nos fez ter uma demografia institucional. Fomos estimulados a ir para a Amazônia. E, com a Constituição, esses mesmos Estados foram enfraquecidos. Mas o *lobby* garimpeiro foi forte aqui — eu fiz parte disso — e, no art. 174, foi estabelecido “*que o Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros*”. E o Estado se saciou de toda a sua competência, porém, só com a proteção ambiental. O Estado tem essa mania de ter amnésia social. Diante de qualquer modernidade, o Estado esquece o povo.

Então, valendo-me um pouco da frase de Mangabeira Unger, a Constituição impôs à Amazônia uma criminalização retrospectiva.

Toda essa parte em rosa — Deputado Bolsonaro, esse rosa é geológico, não se refere a gênero — representa os locais onde estão praticamente todas as riquezas de mineração na Amazônia Legal.

Os indígenas saíram dessas áreas em amarelo, porque eram navegáveis, e foram também para cima das áreas representadas em rosa. Os garimpeiros, atrás de minério, foram para cima. As mineradoras, os ambientalistas, porque a floresta típica, protegida, grande, estava lá. Roraima é um exemplo disso.

As áreas em vermelho são indígenas. O Amapá é praticamente uma Guiana ambiental. O Governador Jatene, em dezembro de 2006, cria o maior mosaico



ambiental, que vai do Atlântico à fronteira da Colômbia com a Venezuela. Nós só perdemos em unidade de conservação compacta para a Antártica. Debaixo de todos esses decretos, há uma população de quase 2 milhões de habitantes direta ou indiretamente envolvida.

Feita a Constituição, tendo esquecido o Estado a sociedade, começou uma dinâmica de criação de conflitos. Em relação a isso, vamos já chegar à Guiana.

Os mosaicos cobriram as minerações com o manto ambiental. As unidades indígenas são legítimas, ninguém está discutindo mais isso. Mas, se eles estão numa unidade de conservação — há o Lourenço, por exemplo, do lado do Parque do Tumucumaque, e há aqui representante da mineração do Lourenço —, eles estão criminalizados.

A França, por sua vez, cria do lado de lá — é a linha azul — o Parc Amazonien. Em cima de onde? De grandes reservas e de grande quantidade de história econômica.

Os garimpeiros, todos nós sofremos, às vezes, uma maldição. O garimpeiro tem um triunvirato de maldições. São três. Ele é ambientalmente satanizado. Ele é socialmente injustiçado. Em Brasília, falou-se em garimpeiro, acima do Paralelo 3, pensa-se logo em bandido. “Ah, é garimpeiro?” A pessoa já fica com medo. E o garimpeiro é o atalaia das Forças Armadas entre o Brasil e todo o bolivariano, que está tomando conta da pré-cordilheira andina e chegando já a Mato Grosso. Além disso, ele é tributariamente penalizado. Se alguém trabalha numa residência, não tem carteira assinada, recebe o seu salário, e é preso pela Polícia Federal, ela não mete a mão nesse salário. Agora, se a pessoa trabalhar num garimpo durante 1 ano e receber 100 gramas de ouro de salário, a Polícia Federal toma esse salário, prende o sujeito, que — não sei, não — tem seus bens destruídos.

Nós vamos sair desta fase da exposição porque o tempo é curto. Vou fazer só uma provocação. Aqui está o garimpo, a mineração da Lataia. O decreto de lavra pertence à Cooperativa dos Garimpeiros do Lourenço, no Estado do Amapá. Essa é uma imagem aérea dele. A imagem de satélite é da mesma idade da imagem da França que vou mostrar. Aqui embaixo, nesta curva, fica a fazenda que gera emprego a dois vaqueiros, tem 3 mil hectares desmatados.



O Lourenço tem uma população de 8 mil habitantes. Durante 110 anos de mineração no Lourenço, não há 2.500 hectares desmatados. Aqui, estão 8 mil pessoas morando. Nunca parou, em 110 anos. Foi por causa desse garimpo — o Dr. Gilberto vai falar sobre isso — que Barão do Rio Branco conquistou a região do Contestado Franco-Brasileiro.

Isso é só para dar um coice nessa questão da satanização ambiental, para parar com isso. Vendo-se o garimpo, há um pedacinho desmatado. Se juntarem todos os garimpos da Amazônia e multiplicarem por 30, não dá o desmatamento da cidade de São Paulo. Mas quem é que vai mexer com paulista, não é, Deputado Marquezelli?

Aqui, Guiana Francesa, chegando-se ao garimpo de Saint-Élie. O Miguel já trabalhou lá, o Toninho já trabalhou lá. Uma visão de perto e uma visão aérea. Mais desmatado do que o Lourenço. E lá são 44 empregos. São 42 brasileiros que trabalham na mineração.

Essa região envolve uma população de quase 2 milhões e meio de habitantes. Deputado Bolsonaro, isto aqui é importante: quando se bloqueia economicamente a faixa de fronteira, promove-se uma espécie de “poça de lama” — quando éramos moleques e voltávamos da escola para casa, diante de uma poça de lama, pegávamos velocidade e a pulávamos, para não sujar o tênis, o Kichute. Então, o que a sociedade da Amazônia fez? Diante de bloqueio por causa de unidade de conservação, de terras indígenas e de criminalização de economias, eles cruzaram as fronteiras em busca de recursos e insumos ambientais. E, diante das nossas fragilidades de fronteira, encontra espaço o narcotráfico, a narcoguerrilha e outras coisas mais.

Agora, Deputado, vamos mostrar como acontece na prática o ato de sitiar, legalmente, constitucionalmente, o território de um Município, de um Estado. Vamos pegar o maior Município do Amapá, que é do tamanho do Rio Grande do Norte. Não estou discutindo unidade de conservação. Foi criada a Reserva Extrativista Rio Cajari, a reserva ambiental do Iratapuru, a Terra Indígena Waiãpi, a Estação Ecológica do Jari, o Parque do Tumucumaque, a Terra Indígena Tirió.

O que ficou para o Jari? Ficaram 40 mil habitantes. É essa parte branca. Essa parte branca representa as terras do Jari. O que ficou foi uma nesgazinha ali de



1.800 hectares, o que equivale a praticamente 32 quilômetros quadrados. O Jari é isso aí. Quando não há inundação, há fogo. As pessoas acham que são apenas números na Amazônia. Nós somos seres humanos, nós somos cidadãos.

O Pará. No final do Governo Figueiredo, pressionado pelas mineradoras, foi criada, por intermédio do Almirante Gama e Silva, a Reserva Nacional de cobre. E, desde 1984, não podemos legalizar os garimpos, que poderiam recepcionar boa parte desses garimpeiros da Guiana Francesa, entre o Pará e o Amapá.

Todas as riquezas minerais conhecidas do Amapá estão aqui representadas em vermelho. Colocando-se as unidades de conservação em cima, praticamente o que está fora é a área onde estão as mineradoras.

Oiapoque. Miguel só é Prefeito deste cantinho que vou mostrar aqui. Ele tinha que pegar uma balsa e encher de areia para ter, pelo menos, 1 hectare de terra para ser Prefeito. Todo o Município dele — falta aqui a Floresta Estadual do Amapá — é formado por terras indígenas e parques nacionais.

A Presidente da ANP chegou para os Parlamentares do Amapá e disse: *“Por que não realizou uma reunião para fazermos um ancoradouro, um terminal petrolífero na costa do Amapá?”* Ele disse: *“Porque, do começo até a França, é unidade de conservação.”*

Oiapoque. Finalmente, Acordo Brasil-França. Esse acordo foi feito no pior lugar que existe para se fazer um acordo: Copacabana. No pior momento: fim de ano. Por duas pessoas se despedindo da política de mandato: Sarkozy e Lula. Em Brasília, pelo menos o fim de semana é cansativo, as pessoas são mais caseiras. Assinar um acordo como esse em Copacabana, à noite, no fim do ano? Não é fácil.

Meus amigos, em 1990, eu, geólogo, fui gastar a minha poupança de 50 mil dólares, comprando barranco em Serra Pelada. Não tirei uma fagulha de ouro de lá, ficou tudo dentro dos barrancos. Por que eu fui a Serra Pelada? Porque a onça-troy — 31,1 gramas de ouro — custava 900 dólares. O garimpeiro largava até a mãe, mas ele ia para dentro da mata buscar ouro, por 900 dólares. Há 4 meses, a onça-troy estava a 1.700 dólares. Agora está a 1.400. Os senhores acham que o garimpeiro, havendo desemprego na cidade, colônias urbanas de *crack*, vai largar o trabalho dele na floresta, com o ouro valendo praticamente 70 mil reais o quilo e levando para casa, num dia de bateada, um salário mínimo no bolso? Portanto, a



questão também é de alternativas, de substituição, de oportunidades para quem não tem escolaridade.

O Exército Brasileiro. Deputado Bolsonaro, permita-me a crítica. Estou acostumado com o *Diário Oficial*. Se for mais uma publicação depois desta audiência, não há problema. Mas o *Globo Repórter* pegou o Exército Brasileiro para falar do Parque do Tumucumaque e colocou os cabos e os soldados para fazer churrasco para um alemão, que é quem manda no maior território do Amapá — o Parque do Tumucumaque.

Então, o ouro — vai ser tema de debate aqui — tem quatro faces. Quando está na rocha, o ouro é mineração...

A SRA. DEPUTADA DALVA FIGUEIREDO - Desculpe-me, Feijão, não resisti, como o Deputado Marquezelli. O alemão é funcionário público federal concursado. Apresente os fatos corretamente.

O SR. ANTONIO FEIJÃO - Excelência, só que o dinheiro para o Exército voar naquele Black Hawk sai dos meus impostos. Então, não precisava fazer churrasco.

A SRA. DEPUTADA DALVA FIGUEIREDO - Mas não é alemão, coordenador do INCRA, do Governo Federal, no Amapá. Não é alemão, é um funcionário público que está lá, concursado, entendeu? Tem todos os direitos.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Sr. Presidente, pior é quem está com mandato e está trabalhando contra o Brasil. Prossiga, por favor.

O SR. ANTONIO FEIJÃO - Obrigado.

O ouro tem quatro faces. Primeiro, se está em rocha, é minério, competência do Ministério de Minas e Energia. Quando ele sai e vai para o bolso do garimpeiro, encontra um buraco negro, que é o maior problema hoje em Oiapoque. Em Oiapoque não há garimpo, mas 3 milhões de euros transitam por lá na forma de mercadorias cambiadas e salários. Essa economia passa sorrateiramente, escondida, fugindo da clareza para gerar mais outras economias. O ouro, quando é vendido numa DTVM, é ativo financeiro e instrumento cambial. A partir daí, ele entra no sistema financeiro. Quando alguém vai a uma DTVM ou a um banco e compra ouro e o leva a uma joalheria, ele deixa de ser minério, deixa de ser ativo financeiro, deixa de ser salário e passa a ser mercadoria. Submete-se, então, ao ICMS, seja na fase de compra, seja na fase de transformação.



O maior problema de Caiena é o ouro no buraco negro. Em Oiapoque há uma Permissão de Lavra Garimpeira — PLG. O Governo do Estado do Amapá cancelou a licença ambiental. O DNPM deu a outorga, mas eles hoje estão sem o suporte para funcionar como empresa de mineração.

O Lourenço, cuja imagem aqui está, tem dois decretos de lavra e um alvará, hoje permissionado. A Reserva Nacional de cobre é um problema sério.

Vamos deixar na Comissão as sugestões e mais as que o Dr. Gilberto vai apresentar. Quero ressaltar a conclusão da minha palestra em Caiena, principalmente. Como é que o Brasil quer organizar uma mineração garimpeira na Guiana Francesa, quer legalizar o garimpo — mandei muito garimpeiro do Rosa de Maio, a pedido do Ghèrard, para o garimpo de Saint-Élie —, se ele proíbe a legalização do garimpo em território nacional?

Esta Casa tem força, pode criar seus mecanismos de regularização. O Dr. Gilberto vai falar sobre esse território. Ele vai abordar este quadro, mas vou mostrá-lo só para os senhores terem uma ideia. Os franceses, cada vez mais, estão deportando brasileiros. Eu fiquei 4 horas aguardando visto para ir a Caiena. Eu queria ver como viviam. E não é fácil para nós ver nossos irmãos brasileiros, só de calção e Havaianas, sendo humilhados. Eles limpam tudo.

Finalmente, por que nós estamos aqui? Porque esse equilíbrio é com os Srs. Parlamentares. Se não houver política, não há equilíbrio.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Essa foto é da ponte sobre o Rio Oiapoque, que já está pronta, mas, por existirem algumas pendências do DNPM, que não concluiu o posto de fronteira, a estrutura de fronteira do lado brasileiro, ainda não pôde ser inaugurada. Mas ela está pronta, completamente.

Muito obrigado, Deputado Feijão. Acredito que mostrou bem aos Deputados e aos demais presentes a realidade a respeito dessa questão mineral na Guiana Francesa.

Eu quero registrar a presença do Toninho, Presidente da Cooperativa de Lourenço. Lourenço, o Deputado Feijão disse bem, é um garimpo que existe em Calçoene, outro Município do Amapá. O acordo estabelece 150 quilômetros para



dentro de cada território, tanto o francês quanto o brasileiro. Portanto, esse garimpo de Lourenço, que é administrado pela cooperativa e é um garimpo legal, está também dentro dessa faixa. Dessa forma, todas as implicações do acordo vão ter impacto no garimpo de Lourenço. Daí também a nossa preocupação relativamente a esse acordo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Pois não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Só uma questão para o Sr. Antônio Feijão. Nós não podemos, na Comissão, alterar os termos do acordo. Essa é uma questão maior que tem de ser discutida. Acordos internacionais não podem ser alterados pelo Congresso. O que podemos fazer é aprovar ou não aprovar. É só isso que pode ser feito aqui. O Dr. Pablo poderá explicar melhor essa situação.

Então, acho que teríamos de trabalhar, principalmente, naquela opção que foi apresentada, de compensações ou alternativas. Se for o caso de se aprovar o acordo, algumas medidas compensatórias poderiam ser tomadas pelo Governo brasileiro. Esse talvez fosse o caminho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Nós tentamos dialogar com o Governo brasileiro, e até agora nada.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Inclusive, deveriam ser consideradas as sugestões da região, do pessoal que milita na área.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Só uma curiosidade. Ele terminou a apresentação mostrando a ponte. Está havendo trânsito normalmente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Não, não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Ainda não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Não, não está sendo usado o lado francês, a estrutura de fronteira para alfândega, aduana, polícia, tudo. Está pronto o lado francês. Quanto ao lado brasileiro, parece-me que a licitação foi feita em janeiro, mas não começou a obra ainda.

Vou dar a palavra ao Dr. Pablo. O Deputado Feijão fez a referência geográfica, histórica e cultural sobre essa questão. Agora vamos ouvir o representante do Itamaraty, o Embaixador Pablo, que vai explicar claramente as



motivações que teve o Governo brasileiro para propor ou para aceitar esse acordo que, acho, foi proposto pela França.

Concedo a palavra ao Embaixador Pablo Duarte Cardoso.

O SR. PABLO DUARTE CARDOSO - Muito obrigado, Deputado. Só uma pequena correção: não sou embaixador. Tenho a honra de estar aqui representando o Ministro Antonio Patriota. Com seu apoio, sua torcida e a do Deputado Eduardo Azeredo, chego lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - *(Riso.)* O.k.

O SR. PABLO DUARTE CARDOSO - Quero agradecer-lhe, Deputado, a convocação desta audiência pública e cumprimentar os demais membros da Mesa, os Parlamentares presentes e especialmente o Prefeito de Oiapoque.

Agradeço a oportunidade de reiterar o entendimento do Governo Federal brasileiro de que a aprovação desse acordo é prioritária. E é prioritária por duas razões principais. A primeira, que concerne mais proximamente ao Ministério das Relações Exteriores, é que a demora na ratificação — 4 anos e meio depois de firmado e 2 anos depois de ratificado pela França — é hoje um irritante nas relações entre o Brasil e a França. A França chega a questionar a real disposição do Brasil de combater o fenômeno do garimpo ilegal de acordo com as leis de que o Brasil já dispunha. A segunda razão é que o acordo não contém nenhuma cláusula que crie embaraços adicionais à atividade do garimpeiro no Amapá ou em qualquer outra parte para além daquelas já consagradas em lei. Ele não torna ilegal nada que já não seja ilegal por força de lei. Enfim, isso é muito importante. Voltarei a isso no futuro.

Começemos com o primeiro ponto, o irritante nas relações com a França. Recordo que o acordo foi ratificado pela França em 1º de agosto de 2011, e desde então o fenômeno do garimpo ilegal continua manifestando-se dos dois lados da fronteira. No lado francês, esse é um problema grave, a existência do garimpo ilegal alimenta uma percepção incorreta, mas, infelizmente, muito arraigada no seio da sociedade guianense, que identifica no Brasil uma ameaça à soberania francesa sobre aquela região, sobre a Guiana. Há toda uma narrativa da pilhagem dos recursos naturais da Guiana. É preciso combater e desacreditar essa narrativa.



Essa narrativa é tanto mais danosa quanto mais dramáticos os relatos que nos chegam sobre o fenômeno do garimpo ilegal e as atividades também ilegais que frequentemente se associam à atividade do garimpo do lado francês, frequentemente vitimando os próprios garimpeiros brasileiros. Há todo um problema de prostituição e narcotráfico, ação de quadrilhas violentas que roubam e extorquem os próprios garimpeiros brasileiros.

Um exemplo eloquente desse fenômeno foi a ação de um bando de pessoas armadas, em junho de 2011, na localidade francesa de Dorlin, que extorquiam e matavam garimpeiros brasileiros. Foram reprimidas pelas autoridades francesas, mas o bando reagiu e matou dois fuzileiros navais franceses. O bando era constituído por brasileiros. Esse episódio causou um dano enorme à imagem do Brasil na França e na Guiana.

Só para ilustrar o que estou dizendo aos senhores, vou me permitir ler trechos de um artigo do Senador francês Jean-Etienne Antoinette, Senador pela Guiana. São palavras muito duras contra o Brasil. Foi publicado pelo jornal *Le Monde*, de Paris. Faço a leitura:

“É a defesa dos interesses fundamentais da França que se vê comprometida quando grupos organizados atravessam a fronteira de um Estado para pilhar os recursos de seu subsolo de maneira sistemática e recorrente, com violência premeditada e no desprezo mais abjeto pelas forças de segurança competentes. Nessa ocasião, os garimpeiros declararam guerra ao Estado francês” — vejam o nível de exagero que é preciso combater.

“Uma grave lição deve ser extraída desses últimos acontecimentos. Entre as ações a serem implementadas, ao menos quatro direções se impõem.”

A terceira que ele cita é esta:

“Interpelar formalmente o Estado brasileiro, por sua responsabilidade pelas ações de seus nacionais em território francês.



Segundo o Direito Internacional, o dever de diligência que se aplica a cada Estado o obriga a proteger, no interior do seu território, a soberania de outros Estados. O Brasil deve agir para impedir a preparação em seu território de atos que visem atentar contra a segurança da França e contra o exercício de sua soberania sobre suas riquezas.”

Essa narrativa da pilhagem dos recursos naturais e do Brasil como ameaça à soberania francesa sobre a Guiana é fortalecida por outros fenômenos, como o da pesca ilegal em águas da Guiana, o que o Brasil, juntamente com as autoridades francesas, vem buscando coibir.

Eu só queria recordar que, em fevereiro, durante a semana do carnaval, o Consulado do Brasil em Caiena foi bloqueado por manifestação extremamente agressiva de pescadores franceses, de pescadores guianenses que protestavam contra a pesca ilegal praticada por brasileiros. Nossos agentes lá correram risco, passaram por situações muito tensas em fevereiro.

Esses fenômenos não nos são indiferentes por dois motivos. Primeiro, porque essa retórica populista que usa o Brasil como bode expiatório dos problemas da Guiana pode pôr em risco a segurança de mais de 30 mil brasileiros residentes na Guiana, a maior parte deles, aliás, cidadãos amapaenses. Segundo, porque essa retórica compromete o objetivo estratégico do Brasil e da França de criar um espaço de integração entre o Amapá e a Guiana. Esse objetivo é simbolizado pela própria ponte cuja imagem o Deputado Feijão mostrou. Temos fé de que esse projeto de integração trará um novo dinamismo econômico à região e reduzirá o seu isolamento.

O Deputado Feijão mencionou também a questão dos vistos. Nós temos trabalhado com representantes do Governo francês para conscientizá-los da necessidade de se rever essa exigência de visto para que os brasileiros entrem na Guiana. É o único ponto do território francês onde precisamos de visto. À medida que essa narrativa do Brasil como ameaça se fortalece, vamos ficando mais longe desse objetivo de abolir os vistos.



Nesse sentido, aprovar esse acordo será um gesto eloquente do Congresso Nacional. Ao indicar a disposição brasileira de prevenir o que já é ilegal no Brasil, contribui muito para desacreditar esse discurso agressivo na Guiana, o que nos traz a segunda razão com base na qual nós no Itamaraty e no Governo Federal acreditamos que o acordo deva ser aprovado. Ele não inova ao criar embaraços adicionais à atividade do garimpeiro na faixa de fronteira. Ele não torna ilegal nada que já não seja ilegal. Ele busca apenas consagrar o compromisso do Brasil e da França de cooperar na prevenção e repressão da extração ilegal do ouro nas zonas protegidas e de interesse patrimonial, nos termos das próprias legislações nacionais do Brasil e da França.

Para demonstrar esse ponto, vou me permitir analisar muito brevemente os compromissos assumidos pelo Brasil no acordo. Em primeiro lugar, a questão do tratamento diferenciado dessa zona de fronteira, definida como uma faixa de 150 quilômetros de largura ao longo das fronteiras terrestres, tem assento constitucional (art. 20, § 2º, da Constituição da República). Não estamos inventando nada aqui. Sua ocupação e sua utilização são reguladas pela Lei nº 6.634, de 1979.

Compromisso de submeter à autorização administrativa prévia as atividades de pesquisa e lavra aurífera. Já o faz o Código de Minas (Decreto-Lei nº 1.985, de 1940), em combinação com o art. 2º, inciso IV, da Lei nº 6.634, de 1979, que dispõe sobre a faixa de fronteira. Cito também os arts. 14 a 21 do Decreto nº 85.064, de 1980, que regulamentou essa lei de 1979.

Compromisso de submeter à autorização administrativa o exercício das atividades comerciais relativas ao ouro não transformado, especialmente as atividades de venda e revenda. O art. 88 do Código de Minas já estabelece que ficam sujeitas à fiscalização direta do Departamento Nacional de Produção Mineral todas as atividades concernentes a mineração, comércio — sublinho “comércio” — e industrialização de matérias-primas minerais.

Submeter as empresas que comercializam peneiras granulométricas ou mercúrio à declaração de sua atividade às autoridades administrativas competentes. Já o faz a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 1981), regulamentada pelo Decreto nº 97.634, de 1989, que atribui ao IBAMA a responsabilidade de fiscalizar a produção, a comercialização e o uso do mercúrio



metálico no Brasil. Todo comerciante usuário do mercúrio metálico já deve prestar informações a respeito, nos termos da Lei nº 10.165, de 2000.

Quinto compromisso: submeter à autorização administrativa prévia o exercício da profissão de transportador fluvial de pessoas ou mercadorias. Já o prescreve o art. 3º da Resolução nº 912, de 2007, da ANTAQ.

Sexto compromisso: assegurar que as empresas e empresários que explorem jazidas de ouro mantenham registro de acompanhamento das entradas e saídas do metal (art. 9º, inciso IX, da Lei nº 7.805, de 1989).

Sétimo compromisso: assegurar que as empresas que comercializem peneiras granulométricas ou de mercúrio sejam submetidas à obrigação de manter registro de transações. Ora, todo comerciante ou usuário de mercúrio metálico já deve prestar informações a respeito, nos termos da Lei nº 10.165, de 2000.

Oitavo compromisso: assegurar que as empresas que exerçam atividades comerciais relativas ao ouro não transformado, especialmente as de venda e revenda, sejam submetidas à obrigação de manter registro de transações. O art. 88 do Código de Minas estabelece que ficam sujeitas à fiscalização direta do DNPM todas as atividades concernentes à mineração, comércio e industrialização de matérias-primas.

Por fim, o último compromisso: implementar, em conformidade com suas legislações, as medidas necessárias para assegurar a prevenção e a repressão das seguintes atividades — citam-se três atividades.

A própria redação — *“implementar”* — pressupõe já existir legislação a ser implementada. *“Em conformidade com suas legislações”* elimina qualquer dúvida a respeito; já deixa claro que se trata apenas de aplicar a legislação nacional que já existe no Brasil e na França.

Em tempo, o crime de garimpo ilegal já está definido pelo art. 21 da Lei nº 7.805, de 1989.

Eu não quero cansá-los com isso, mas os demais dispositivos deixam claro que a real proposta do acordo é apenas fornecer o arcabouço jurídico necessário à efetiva cooperação entre as autoridades competentes do Brasil e da França no combate ao garimpo ilegal, sempre nos limites de suas legislações nacionais.



Acho que é desnecessário dizer que, no curso da negociação, foram consultados o Ministério de Minas e Energia, o Ministério do Meio Ambiente, o Gabinete de Segurança Institucional, que tem competência para a aplicação da legislação federal na matéria.

Eu não negocie esse acordo quatro anos atrás, Deputado. Fui atrás de antecedentes que demonstrassem que tivéssemos consultado as autoridades legais. Infelizmente, não disponho desses antecedentes aqui. A memória institucional do Itamaraty é que sim. Conversamos com autoridades do Governo do Amapá, mas, infelizmente, não disponho hoje de documentos que comprovem.

De todo modo, para concluir a minha apresentação, por tudo o que eu me permiti expor, desejo reiterar a posição do Governo Federal de que esse acordo em pauta atende plenamente ao interesse nacional, não conflita com a legislação brasileira em vigor. Sua ratificação pelo Brasil tem sido reiteradamente solicitada pela França. Por tudo isso, o Ministério das Relações Exteriores se permite recomendar a sua pronta aprovação por esta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Muito obrigado.

Agora, usando a denominação adequada, quero agradecer ao Conselheiro Pablo Duarte Cardoso, que vai ser Embaixador. Isso já foi dito pelo Azeredo. Muito obrigado, Conselheiro, por trazer essa visão do Governo, do Itamaraty.

Eu gostaria de lhe assegurar — eu sou do partido do ex-Governador Waldez Góes — que o Governo do Amapá não foi consultado e sequer foi informado, nem mesmo o Senador Sarney. Sempre citamos o Senador como exemplo, porque é um Senador de grande prestígio, que foi Presidente da República. Mas sequer o Senador Sarney tomou conhecimento de que esse acordo iria ser assinado.

Desculpe-me se eu faço algum comentário, mas há um item que não está na nossa legislação, que é o da possibilidade de destruição dos bens apreendidos. A França apreende uma embarcação, por exemplo, e a destrói porque a legislação permite; no Brasil não existe essa possibilidade, mas existe aqui o compromisso de trabalhar a legislação sobre isso.



Quanto ao resto, eu acho que o que fragiliza o acordo é isso, porque já está tudo na nossa legislação, mas isso é assunto para o debate.

Quando o Conselheiro afirma que já está tudo previsto, que todos os itens estão respaldados ou resguardados pela legislação, parece-me que isso mais fragiliza do que fortalece o acordo, pois já está na legislação.

Vamos ouvir agora o representante do Ministério de Minas e Energia, Dr. Luís Mauro Gomes Ferreira, Coordenador-Geral de Mineração em Áreas de Conservação e Conflito do Ministério de Minas e Energia.

O senhor tem *slides* para projetar ou não?

Eu até gostaria de pedir ao Deputado Feijão, se for possível, que disponibilizasse o material trazido. Peço o mesmo ao Conselheiro Pablo, que trouxe um texto por escrito, pois isso vai me ajudar na elaboração também do relatório.

O SR. LUÍS MAURO GOMES FERREIRA - Obrigado pelo convite.

Na realidade, não é uma apresentação, são apenas quatro figuras que mostram o trabalho do Ministério de Minas e Energia e do DNPM que diz respeito à legislação nacional em relação às unidades de conservação já mostradas pelo Superintendente do DNPM no Amapá.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esse *slide* mostra as unidades de conservação do Amapá, cobrindo grande parte do território, com os anos de criação de cada uma.

A próxima figura mostra um detalhe: as tipologias das unidades de conservação. As unidades de proteção integral e uso sustentável são mostradas em verde.

A outra figura mostra os títulos minerários emitidos pelo DNPM, cobrindo todo o território a oeste do Amapá.

Temos aí em azul os pedidos de pesquisa. Em vermelho, como todos podem ver, mais ou menos no centro do Amapá, são as concessões de lavra do Lourenço citadas. Somente nessas são permitidas a lavra de ouro na região.

Bom. Quero mostrar que há um respeito por parte do Ministério de Minas e Energia e do DNPM à legislação ambiental brasileira.



Os títulos minerários que se sobrepõem às unidades de conservação são aqueles emitidos antes da criação dessas unidades. Portanto, tais títulos ainda sujeitos à avaliação do DNPM.

Com relação ao trabalho feito no Amapá pelo Ministério de Minas e Energia e pelo DNPM, a fiscalização das atividades minerárias no Estado é realizada com muitas dificuldades, em razão do difícil acesso à região. Eu mesmo participei ano passado da Operação Ágata IV, realizada com o apoio logístico do Exército Brasileiro e do Ministério da Defesa. Trabalhei na região do Oiapoque, nessa operação. Realmente temos poucos garimpeiros na região do Oiapoque, a maioria deles está situada na Guiana.

Temos uma região relativamente tranquila. No Lourenço, onde estive fazendo um trabalho no ano passado também, a Cooperativa dos Garimpeiros do Lourenço está trabalhando na formalização e na adequação de seus trabalhos. Então, os garimpeiros estão se fixando na região, estão trabalhando para atingir a formalização e a normalização das suas atividades, portanto, a tendência é que tenhamos uma retenção dos garimpeiros em função da melhoria dos seus trabalhos.

Com relação a esse acordo, como mencionou o Representante do Ministério das Relações Exteriores, a maior parte dos pontos está coberta pela legislação, mas tenho algo a criticar: primeiro, concordo com o Sr. Deputado relativamente à questão da destruição, ponto de difícil execução na legislação nacional; segundo, relativamente à questão de submeter as empresas que comercializam peneiras granulométricas à fiscalização, pois não há legislação brasileira sobre o tema, até porque as peneiras têm amplo espectro de uso no País. Então, seria muito difícil fiscalizar esse tipo de comércio.

A SRA. DEPUTADA DALVA FIGUEIREDO - Desculpe-me interrompê-lo, mas V.Sa. poderia falar sobre a questão da fronteira, da faixa de 150 quilômetros. V.Sa. poderia aprofundar esse assunto, depois.

O SR. LUÍS MAURO GOMES FERREIRA - Certo.

Com relação à comercialização do ouro, devo dizer que ela está bastante coberta pela legislação, com apenas alguns detalhes que precisam ser trabalhados com relação ao comércio dentro da área do garimpo. Inclusive, está nesta Casa medida provisória elaborada por várias mãos no Governo Federal, a Medida



Provisória nº 601, de 2012, que regulamenta o transporte do ouro dentro do garimpo para evitar que realmente haja uma fiscalização e que o garimpeiro, com o produto do seu trabalho, que muitas vezes é utilizado como pagamento de algumas atividades, seja apreendido por não está coberto por um documento legal.

Com relação à faixa de fronteira, temos no Ministério de Minas e Energia, dentro do DNPM, um critério de seguir todos os padrões e todos os ditames legais para aprovação de qualquer pedido de pesquisa ou concessão de lavra.

Há um rigor muito grande, inclusive um dos problemas que temos para solucionar várias questões relativas à mineração é a necessidade de a empresa ter mais de 50% do capital nacional nessa área de fronteira.

Não é esse um problema insolúvel, porque temos inclusive com a legislação, com a formalização, favorecido que empresas nacionais trabalhem nessa área. Não é essa realmente uma dificuldade, apenas quanto ao apoio não há impedimento. Mas essa formalização, esse apoio à parte logística melhorando, como está ocorrendo no Amapá, a tendência é a de que Lourenço e outras áreas com vocação para o garimpo tenham um caráter ou venham a ter um caráter mais empresarial e seja aproveitado o bem mineral da melhor maneira possível.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Agradeço ao Dr. Luís Mauro Gomes Ferreira, Coordenador-Geral de Mineração em Áreas de Conservação e Conflito do Ministério de Minas e Energia.

Vamos ouvir os outros três convidados: Vereador Lobão, o Prefeito Miguel e o Dr. Gilberto. Depois, vamos fazer o nosso debate.

Quero registrar mais uma vez a presença do Dr. Maurício, porque um dos assuntos tratados aqui, tanto pelo Sr. Deputado Feijão quanto pelo Dr. Luís Mauro, com relação à comercialização do ouro, tem a ver com o alerta que ele nos fez ontem. E qual foi o alerta? Se se proíbe a venda legal por meio da DTVM, acaba que a comercialização será toda clandestina, toda ilegal. E aí a própria União perde com isso. Mas esse é assunto para aprofundamos no debate.

Sr. Vereador Lobão, traga-nos também uma mensagem da Câmara de Vereadores e da comunidade que V.Exa. representa em Oiapoque.



O SR. JOSÉ NAZARENO RODRIGUES (LOBÃO) - Bom dia a todos. Em nome do Deputado Sebastião Rocha, o nosso Bala; da Sra. Deputada Dalva Figueiredo, nossa companheira do PT; e também do Davi Alcolumbre, todos da bancada do Amapá, cumprimento os demais Deputados do Brasil.

Gostaria de dizer que o Município do Oiapoque, localizado no ponto setentrional, extremo norte do nosso País, referência nacional quando se fala de nossa extensão territorial — *“Do Oiapoque ao Chuí”* —, geograficamente conhecido por todos, mas lamentavelmente, na prática, isso não acontece.

Estamos hoje com uma população de 23 mil habitantes. Ao somarmos as pessoas que passam pelo Município, chegamos a 30 mil habitantes. Nossa área é de 22 mil quilômetros quadrados. Temos a comunidade indígena, representada pelas etnias Karipunas, Galibis e Galibi-Marworno.

O Município do Oiapoque hoje é um dos mais verdes do nosso País, assim como é o nosso Estado do Amapá.

Temos lá os Parques Nacionais do Tumucumaque e do Cabo Orange; a Floresta Estadual chamada de Flota, além das áreas do Exército e da Aeronáutica. Por fim, resta ao Município apenas 3% da área de seu território como urbana.

No Município as coisas acontecem de forma, lamentavelmente, não transparente. O povo de Oiapoque não tem informações e não sabe de absolutamente nada.

Nós não podemos aceitar que acordos possam ser feitos e nós munícipes — eu nasci e fui criado naquele Município — simplesmente tenhamos que engolir essas questões de cima para baixo, goela abaixo.

Como a República Federativa do Brasil, junto com a República Federativa da França, poderá fazer um acordo onde, de um lado, temos um país de Primeiro Mundo, com educação integral; de outro, como temos exemplos lá no Município de Oiapoque, faltam escolas e, muitas vezes, quando as crianças vão para a escola, saem mais cedo porque não têm merenda escolar?!

Lá na França, do outro lado, em nosso vizinho, as crianças têm escola integral, a criança entra de manhã e sai à tarde, com direito a duas refeições.

Os nossos vizinhos — crioulos, samaracás e guianenses — recebem do governo da França para defender aquela fronteira, enquanto que o povo do



Município de Oiapoque, na maioria das vezes, só é repreendido. Agora mesmo nós tivemos a Operação Ágata VII, com mais de 300 homens repreendendo os catraieiros, os garimpeiros. E não existe um médico no Oiapoque! É o único Município que ainda não tem uma praça! E é o quarto Município do Estado do Amapá.

Enquanto gastam milhões para fazer essas operações, por que não levaram, no mínimo, uma ação social para aquele povo que guarda aquela fronteira? E eu digo que eles são os verdadeiros guerreiros da fronteira. E é o povo que mais sofre, que mais é esquecido.

Então, é inviável fazermos um acordo. Eu acho que será o único acordo desse tipo no Brasil, com exceção da nossa vizinha Venezuela, que tem um acordo com os Estados Unidos, mas é para repressão ao narcotráfico.

O Município não precisa desse acordo; o Estado do Amapá não precisa desse acordo, porque nós já temos todas as legislações, e somos o povo que mais defende e respeita o meio ambiente.

A Vila Brasil, que foi muito bem reportada aqui pelo nosso amigo Feijão, faz fronteira com o Camopi, que é o lado francês, onde todos recebem dinheiro para manter aquela fronteira. E o povo do Oiapoque, lamentavelmente, nunca recebeu uma compensação por estar ali defendendo a fronteira do nosso País.

Então, o que aconteceu muitos anos atrás, na luta que o Estado travou contra Cabralzinho? Lamentavelmente, a França vai levar isso agora, por meio de um acordo diplomático. Desculpe-me, amigo Pablo, mas você mais defendeu aqui as questões da França do que as questões do Brasil.

Nós não queremos saber! Os brasileiros que moram na França, são 30 mil, estão legalizados. Independente desse acordo aqui, esses brasileiros não vão sair da Guiana, até porque foram eles que construíram Caiena. Foram eles que a construíram, porque a mão de obra geralmente vai do Brasil, já que a maioria dos franceses — desculpem-me — não trabalha. Toda a mão de obra é brasileira.

Evidentemente, existem alguns casos isolados. Mas se falarmos em grupos organizados, nós vamos ter que levar em consideração o que acontece hoje em nosso País. Ora, se o Brasil não cuida dos seus filhos, vocês acham que a França irá cuidar de nós oiapoquenses lá da fronteira? Jamais!



Então, não são esses casos isolados que irão afetar as nossas relações diplomáticas com a França. Não é exatamente isso.

Estamos aqui para dizer que o Estado do Amapá está cuidando muito bem do seu Estado, e os oiapoquenses também estão cuidando de Oiapoque, assim como a comunidade indígena.

Então, nós não precisamos desse acordo. Achamos que ele é um acordo imoral, em vez de ser bilateral. E podem-se ver, no art. 6, as relações com outros acordos bilaterais. Já existem. Tudo que a França precisa do Brasil já existe no acordo de 28 de maio de 1999 e também no acordo de 12 de março de 1997, que são acordos na área de segurança pública e dessas situações penais.

Então, o Oiapoque está precisando de políticas públicas voltadas para o seu povo, para ajudarem o Prefeito do Município de Oiapoque.

Aqui nós fazemos um apelo a todos os Deputados Federais e a todos os políticos de Brasília para que realmente não aceitem esse acordo. Não pode ter mudança. Acordos já foram assinados. Esperamos que, realmente, não aprovelem esse acordo.

O Município de Oiapoque não aceita. Nós estamos aqui em nome da Câmara Municipal de Vereadores e do povo de Oiapoque para dizer “não” a esse acordo, porque nós já estamos caminhando com as nossas próprias pernas. E se a França estivesse realmente interessada em ajudar o povo brasileiro, não faria só um acordo de prevenção e repressão, mas faria um acordo social, estaria dando também espaço para que as nossas crianças pudessem estudar do outro lado, e nós, que estamos morrendo porque não temos médicos ou transporte para chegar na Capital, pudéssemos atravessar e fazer esse tratamento por conta do Governo Federal.

Por que não se coloca essas coisas nesse acordo?

Então é um acordo completamente imoral, que não traz nenhum benefício para o povo do Município de Oiapoque, nem do Estado do Amapá. E é bom que se tome mais cuidado nas tomadas de decisões aqui em cima, porque lá onde começa o Brasil também tem pessoas que estão olhando com carinho não somente para o Município, para o Estado e para o Brasil, mas respeitando, sim, os nossos amigos franceses.

Bom dia a todos e obrigado. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Muito obrigado, Vereador Lobão.

Dando sequência, vamos ouvir o Prefeito Miguel, que é o atual Prefeito, eleito no ano passado e empossado em janeiro deste ano.

Com a palavra o Prefeito Miguel.

O SR. MIGUEL CAETANO - Bom dia a todas e a todos. Quero agradecer aos componentes da Mesa e aos nobres Deputados.

Eu gostaria que eles tivessem um pouco mais de conhecimento sobre Oiapoque e sobre esta questão.

Vou começar pela ponte. A ponte não foi feita para o amapaense nem para quem vive lá, ela foi feita para os franceses. Vou explicar por quê.

Hoje, na cidade da fronteira lá, que é São Jorge, o espaço para o brasileiro é limitado, é apenas o espaço do comércio. Ele pode ir lá comprar e voltar. Se o brasileiro sair daquele espaço, ele é apenado, preso e expulso.

Nós não vamos poder passar pela ponte. Ao contrário, o francês vem de Caiena, vem da Europa, atravessa com o carro dele pelas balsas que têm lá, vai para a Receita Federal e, dentro de meia hora, ele está legalizado a passar 90 dias em qualquer lugar do Brasil. Ou seja, gasta meia hora na Receita Federal para fazer isso. E depois ele tem mais 90 dias para renovar aquele documento. Enfim, ele pode ficar 6 meses. Mas não podemos entrar naquele País de jeito nenhum.

Então, se não mudar nossa lei, a ponte para nós... É porque a lei nossa é fraca para eles e permite isso. Mas lá nós não temos o direito de nada.

E vou falar da parte ambiental. A França não é preocupada com o ambiente. Eles não são ambientalistas. Eles querem cobrar para fazermos a nossa parte, mas eles não fazem nada lá. Se alguém chegar ao Oiapoque hoje e quiser comer uma carne assada, vai ter problema, porque não tem o carvão, não se pode fazer. E lá não faz mesmo. Lá nós temos todo tipo de polícia reprimendo: IBAMA, IMAP, gente do Governo do Estado, do Governo Federal. No Oiapoque não pode nada.

Quando se chega a São Jorge, ou em qualquer lugar na Guiana, pois é cultura deles, eles têm o hábito de comer a caça. No *freezer* do guianense podem-se achar dois ou três macacos. E eu faço uma aposta disso. Levo quem quiser lá e



mostro. E gordos. O prato principal deles é o macaco e o mutum. O Sr. Fernando Henrique comeu mutum em São Jorge, na Modestina.

Então, lá eles podem tudo. Mas nós, do lado de cá, se nos pegarem com um pedaço de carne de veado ou de paca, somos presos. Parece que é até crime inafiançável. Então, lá no Oiapoque não pode nada.

Aquilo que o Feijão mostrou aqui, não é só o que existe lá, pois há mais de 40 projetos iguais àquela, trabalhando. A atividade madeireira, em Caiena, funciona 24 horas, desmatando e exportando.

Então, gente, eles estão querendo problema conosco. No Amapá não existe pecuária ou garimpo clandestino.

No Oiapoque, como o Feijão sabe, existe uma cooperativa que não está funcionando por falta de documento do Estado, acho que do IMAP. Não existe nenhum garimpo funcionando no Município do Oiapoque.

Em Lourenço, existe a cooperativa desse garimpo de 110 anos. E não foi o brasileiro. Ali foi explorado e trabalhado pelos franceses. Foram eles que descobriram. Lá existem quase 100 quilômetros de trilhos que foram feitos há 100 anos para escoar mercadoria de Calçoene até Lourenço. Era no trilho. Já existia *trolley*. Enquanto nós não tínhamos nem arado aqui, eles já transportavam carga na mata, em cima de *trolleys*.

Gente, a única coisa que eu falo para vocês, nobres Deputados, é que o problema não é do Amapá, não é do Oiapoque, não é do Brasil; o problema é deles, é da Guiana Francesa. O Amapá é bem zelado. Lá nós não degradamos, não desmatamos, não existe fazenda, não existe pecuária. Mais de 95% do Estado estão intactos.

Todos os índios de lá têm compromisso com o meio ambiente. O índio lá não vende um peixe, não vende uma caça. Ele pesca o de almoço e pesca o de jantar. Eles não põem nem no *freezer*. Só vão lá buscam e comem. Eles são muito educados nessa parte. São ambientalistas natos.

Agora, gente, o Oiapoque não tem esse problema. Lá nós somos repreendidos.

Srs. Deputados, eu falo, com toda a certeza e com todo o conhecimento, nós não temos nenhum garimpo. É aquilo que o Deputado Feijão falou: eles estão



legalizados. O Suriname legalizou os brasileiros. Hoje moram mais de 60 mil brasileiros no Suriname, todos documentados. Mas eles trabalham do lado de cá. Atravessam o Rio Maroni, na Guiana Francesa. Estão do lado de lá do Rio Maroni, mas pulou do rio para cá, estão todos legalizados.

Então, nós, no Oiapoque, não temos garimpeiros. Lá acabou. A fase de garimpo não existe. Eles não usam mais o Oiapoque para nada. Então, ficou só com a fama.

Eu quero que vocês avaliem direitinho. O Amapá está bem fiscalizado por todas as polícias que estão no Oiapoque, a Polícia Federal, o IBAMA, a Força Nacional. O índice de criminalidade lá não existe. Prostituição acabou, graças a Deus, porque os franceses foram embora. Os franceses foram para o Suriname. Eles não estão vindo mais para o Oiapoque.

Gente, avalie com carinho. Eu torço. Eu falo em nome do povo de Oiapoque, porque lá ninguém concorda. Se for o jeito engolir, vai engolir, não tem jeito. Mas Deus há de ajudar que não haverá de ser aprovado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Obrigado, Prefeito Miguel, que fez um apelo veemente para que o acordo não seja aprovado na Comissão.

Eu convido agora o Dr. Gilberto Pinheiro, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, que já foi Presidente do Tribunal de Justiça por duas vezes e foi pioneiro na organização de um congresso amazônico, sobre assuntos da Amazônia como um todo, um congresso internacional. Por isso, ele está muito bem preparado para também fazer a análise jurídica de alguns aspectos do acordo.

Com a palavra o Dr. Gilberto Pinheiro.

Muito obrigado pela presença de V.Exa.

O SR. GILBERTO PINHEIRO - Quero saudar o Deputado Sebastião Bala Rocha, um grande defensor do nosso Estado; o Deputado Eduardo Azeredo; o Deputado Marquezelli; a nossa grande amiga Deputada Dalva; o Prefeito Miguel, o Sr. Pablo, e os senhores aqui presentes.

Este acordo, Deputado Azeredo, fere a Constituição Federal, rasga a nossa Constituição Federal e vai de encontro à Declaração dos Direitos Humanos — e vou



explicar por quê. Nós lutamos muito pela Constituição Federal, por algo que se chama devido processo legal, que eu vou explicar a todos vocês.

O Sr. Prefeito disse aqui, mas nós não temos problemas com garimpo no Oiapoque. É o lado de lá. De quem foi a culpa? Dos franceses. Eles levaram os brasileiros para lá. Em se tratando da nossa relação com a Guiana, a França já dependeu do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O Brasil ajudou muito, porque houve o bloqueio, e eles dependeram de nós. Aliás, bem antes, quando D. João VI invadiu, foram eles que disseram que o melhor Governador era o nosso. Somos nós.

A famosa base de Korru foi construída com a mão de obra barata dos brasileiros. Portanto, foram eles, o problema é do lado deles. Mas nós temos a solução e, se der tempo, eu vou dizer que solução nós temos para eles resolverem esses problemas. Mas não rasguem a Constituição Federal e não assinem este acordo.

Falou-se aqui da soberania da França. Imagine, mexer com a soberania de uma potência como a França, por um caso de garimpeiros que eles não sabem resolver! Se quiserem, nós podemos ensinar a eles a resolver.

A França investe milhões e milhões de euros em vários Estados do Brasil, e não investe um euro na região do Oiapoque. Se eu estou errado, Sr. Prefeito, corrija-me se a França, alguma vez, investiu um euro sequer em programas sociais. Nenhum. A França está entre os cinco maiores países do mundo. Nós queremos uma aproximação com a França. É claro que queremos! Nós queremos que o nosso povo tenha qualidade de vida.

Agora, eu vou falar diretamente deste acordo. Ele pega esta área aqui todinha — se vocês puderem ver —, que chega a quase 700 quilômetros. São 655 quilômetros. Aqui, está toda a nossa fronteira. Esses 150 quilômetros, ela vai entrar para cá. Ela pega toda essa faixa aqui.

Imaginem, a maior fronteira que a França tem não é com a Espanha, mas, sim, com o Brasil. Entrar na Guiana Francesa não é fácil, mas não é só para o visto, não. Nas Antilhas francesas, Dr. Pablo, também é preciso visto. É preciso, porque eu já fui lá. Eu já fui lá. Eu e o Desembargador já fomos lá, inclusive com visto, e eles estavam criando problemas, mesmo com visto. Isso eu lhe garanto, porque eu já fui lá e conheço também. Eu conheço Martinica, Guadalupe, Les Tantes, tudo ali



eu conheço, e o Sr. Prefeito, também. É preciso visto lá também. É um problema sério para entrarmos lá. A França tem uma preocupação muito grande com aquela região.

Portanto, vamos ao acordo. São 655 quilômetros situados no Estado do Amapá. Ela pega toda essa área. O que o acordo prevê? Ele luta contra a exploração ilegal em zonas protegidas ou de interesse patrimonial. Por área (*ininteligível*). Pelo presente acordo, consideram-se “zonas protegidas ou de interesse patrimonial: os territórios classificados...” “... a Guiana Francesa e o Estado do Amapá, situados numa faixa de 150 quilômetros...”

Para começar, este acordo, se os senhores lerem o preâmbulo, é cheio de tipos abertos. O que são tipos abertos? Em Direito, é aquilo que depende de uma subjetividade de quem interpreta. E aqui há demais. Olhem aqui: há métodos administrativos. O que é isso? Regime Completo de Regulamentação. Isso vai depender de interpretação.

Antigamente, no Direito Penal, dizia-se que o tipo clássico era aquela mulher honesta. O que era a mulher honesta? Dependia da interpretação de quem aplicava a lei.

“As Partes se comprometem a...” — vejam bem — “... submeter a autorização administrativa prévia...” Vamos adiante, porque eu sei que o tempo é curto. Sobre a “autorização da profissão de transportador...” — isso já foi discutido — “... compromete-se a fazer...” uso... “Compromete-se a fazer com que os registros...”

Aí vem o que eu disse que fere a Declaração dos Direitos Humanos e a nossa Constituição Federal: implementar medidas penais. Ela cria um delito que não existe na nossa legislação. Os franceses já estão fazendo isso do lado de lá. E agora nós vamos permitir que se faça aqui também no Brasil, ferindo a nossa Constituição Federal? Vejam bem: “a retenção” — olhem bem o que cria aqui —, “o confisco e, em última instância” — olhem a incoerência —, “a destruição, nos locais de extração ilegal, ou durante o seu transporte...” Se você está transportando, não é última instância. Última instância é quando acaba. Olhem bem: “... todo o material de instrumento utilizado.” Este é o ponto básico, Srs. Deputados. O devido processo legal é uma garantia da nossa Constituição.



Vamos adiante. O que diz a lei atual? A Lei nº 7.805, de julho de 1989, que trata do regime de permissão, diz no parágrafo único do art. 21: *“Sem prejuízo da ação penal cabível, nos termos deste artigo, a extração mineral realizada sem a competente permissão, concessão ou licença acarretará a apreensão do produto mineral...”* — ela não diz destruição, porque destruição no local é igual a uma pena de morte, não tem retorno — *“... os quais, após o trânsito em julgado da sentença...”* O que é o trânsito em julgado? Quando não houver mais recurso. E veja bem a destinação: *“... que condenar o infrator, serão vendidos em hasta pública e o produto da venda recolhido à conta do Fundo Nacional de Mineração.”*

Isto é o que diz a nossa lei.

Aprovado isto aqui, sai um decreto legislativo, e este aqui é revogado. Os franceses já fazem isso do lado de lá: queimam, destroem... Ferem a Declaração dos Direitos Humanos? O que diz a Declaração dos Direitos Humanos? Ela fala que uma democracia se baseia no respeito à liberdade e no devido processo legal. Não sou eu quem está dizendo, é a Declaração dos Direitos Humanos.

Então, se vocês imaginam, se um dia os senhores resolverem ir à nossa região. Alguém vai dizer: “Não, mas o garimpo do Lourenço é legal.” É, mas quantas operações já fizeram? Se os senhores resolverem ir para lá, alguns lugares a gente tem que levar combustível. Por que tem que levar combustível? Porque não tem posto de gasolina, gente! Às vezes, tem que levar uma motosserra. Se resolverem, Sr. Prefeito, ir lá ao Lourenço e, de repente, quiserem ir por aquela antiga estrada que se fazia até o Caciporé, o senhor vai precisar, inclusive, de um motor. Se estiverem em uma operação, eles podem destruir, inclusive, seu carro, como eles fazem lá. Eu ia trazer — perdoem-me— fotos e imagens de carros queimados na Guiana Francesa — carros e motores queimados lá. É material apreendido que eles pegam...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Desculpe. Destruíram as embarcações daquela operação que fizeram lá. Era de brasileiros...

O SR. GILBERTO PINHEIRO - Também. Tudo. Não indenizam. Não existe o devido processo legal. Destroem tudo.

Vamos mais adiante.



O senhor sabe o que é *prime*? *Prime*, alguém sabe o que é isso? É uma produtividade que os franceses têm — sabe para quê? — para expulsar estrangeiros, entre aspas, “brasileiros”, e ninguém fala nada. O Prefeito sabe disso. Todos aqui que vivem no Oiapoque sabem disso. Agora melhorou a nossa situação, mas, antigamente, no Governo passado, quantos foram presos no Oiapoque só porque pisavam do outro lado sem o ânimo definitivo de ficar? Se pisasse do outro lado, ele era preso. E foi preso o nosso notário. Foram presos, inclusive, jornalistas. Eles não iam lá, só iam rapidinho. “*Essa situação é do lado deles...*”, mas que acordo é este! Então, melhorou muito.

O que nós sugerimos? Que esse acordo fosse retirado. Vamos conversar. Nós queremos, sim, um acordo com os franceses, mas não que fira a nossa Constituição. Para os franceses, a gente diz assim: “*Já ouviram falar em compensação...?*”

Na Segunda Guerra Mundial, os países aliados dependeram das nossas bases. Nós tivemos uma base lá. Eles não deram compensação nenhuma e não vão dar. Parece, assim, que a gente se esquece da história. Os franceses invadiram, no século XIX, 230 mil quilômetros quadrados da Amazônia. Para vocês terem uma ideia, o nosso Estado tem em torno de 143 mil e poucos. Eles queriam mais, queriam 500 mil, e o Brasil já tinha feito um acordo com eles, para tentar... Eles não quiseram. Sabe por quê? Porque eles tinham um documento que, amanhã, nos daria uma interpretação como esta aqui. Nós estamos falando de um acordo para daqui a 100, 200, 300 anos. Eu digo que o Barão do Rio Branco está se mexendo no túmulo, porque nós, amazônidas, temos orgulho, honra. O Barão do Rio Branco resolveu todos esses conflitos, esses problemas. Então, por que esse acordo?

Os senhores sabem muito bem que a França varia. Amanhã, por exemplo, se ganhar... “*Desembargador, o senhor está entrando em uma maionese, porque vai falar.*” Amanhã, por exemplo, se ganha o Le Pen... Vocês sabem que o Le Pen foi a um segundo turno. A Esquerda teve que se juntar para poder... Imagine um homem desse lá e ele chega com um acordo desse: “*Olha, vocês não cumpriram. Foi o Congresso Nacional de vocês que aprovou esse acordo, e vocês não cumpriram. Nós vamos fazer cumprir.*” Eu perguntei para um Capitão do Exército: “*O senhor fala francês?*” Ele disse: “*Não.*” “*Imagine se o senhor estivesse com 100 legionários*” —



porque lá eles têm tudo —, “em uma operação dessa, e ele resolvesse queimar e destruir tudo. Como é que o senhor vai fazer? O senhor tem condições?”

Então, para que um acordo leonino? Por que eles não fazem isso lá no Suriname? O Suriname tem problema. Porque o Suriname tem por trás quem? A Holanda, mesmo sendo um país independente. O problema não é nosso, é deles. Eles nunca esqueceram o que fizeram: perderam para o Brasil.

Então, o Contestado franco-brasileiro — e eu volto a falar disso para os senhores — foi uma questão muito preocupante. Eles invadiram a vila do Espírito Santo, hoje Amapá, no final do século XIX, e mataram brasileiros, velhos e crianças. Foi uma questão internacional. A situação era tão grave, que o nosso maior advogado, o nosso Ruy Barbosa, ficou com medo de nos defender. Sabe por quê? Porque havia alguns documentos como esses assim. Aí o que aconteceu? Ele indicou o Barão do Rio Branco, o qual passou 5 anos nos defendendo. Nós temos muito orgulho do Barão do Rio Branco, que, a essa altura do campeonato, deve estar lá no túmulo se mexendo. Então, a gente...

(Não identificado) - Ele está preocupado.

O SR. GILBERTO PINHEIRO - Está preocupado.

O que nós conclamamos, Srs. Deputados? Nós pedimos a Deus que dê sabedoria para os senhores. Como amapaense, como amazônida, eu conheço aquela região. Deputado Eduardo Azeredo, eu tenho uma filha que é mineira e que foi gerada lá no Oiapoque. Eu era casado com uma promotora mineira. A gente tem preocupação com a nossa terra. Como amapaense, como amazônida, como brasileiro, a gente roga aos senhores que, pelo amor de Deus, conclamem, tentem com a Presidente, para que retire, até porque tem condições... Foi assinado por outros presidentes. Agora, é outro Presidente, não é o mesmo, não é o Sarkozy. Então, é outro e tem condição de retirar.

Nós mostramos o que é necessário, se quiserem, a solução para eles, para o problema dos garimpos, porque eles não estão resolvendo. Mas, pelo amor de Deus, conclamando a Deus, não firam mais a memória do Barão do Rio Branco e retirem ou, então, se for levado a plenário, não aprovem, pela Amazônia e pelo Brasil, porque isto é o início da internacionalização da Amazônia.



Os senhores não têm ideia do que os franceses fazem do lado de lá. É triste, Srs. Deputados, como eu já vi, a gente pegar a estrada e ver um brasileiro fugindo, correndo no mato. Parece um rato fugindo de lá. É triste. Nós queremos, sim, um acordo com a Guiana, com a França? Queremos, claro, mas não desse jeito. Nós queremos. Até precisamos deles. Nós temos muitos amigos franceses, do lado de lá, da Polícia... O Tribunal de Justiça do Amapá foi o primeiro a levar. Fizemos congressos lá, temos interesse numa relação de aproximação. Mas que não se fira a nossa soberania nacional e se crie uma zona de proteção, a que chamo de o início de uma internalização.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Muito obrigado, Dr. Gilberto Pinheiro.

Toninho. Vou dar de 3 a 5 minutos para o Presidente da Cooperativa de Lourenço, onde está o garimpo legal. Pode usar o microfone daí mesmo. Gostaria que fosse passada a visão de vocês do garimpo de Lourenço, que está dentro da faixa protegida dos 150 quilômetros.

O SR. TONINHO - Bom dia a todos, às autoridades! Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus pela oportunidade e também ao Relator desse projeto, o Deputado Bala Rocha, que tem certa preocupação, e da Deputada Dalva Figueiredo, também uma guerreira em defesa do garimpeiro.

Estou aqui representando a Cooperativa de Garimpeiros de Lourenço. Já ouvi alguns falarem, o Diretor do DNPM, o Feijão, o que nos deixou de certo modo preocupados, pois trabalhamos com duas portarias de lavra e com um alvará de pesquisa de cerca de 7.600 hectares. Isso nos deixou muito preocupados. Qual é a preocupação? É que a cooperativa hoje trabalha com uma faixa de 1.200 cooperados, e, às vezes, depois de muitas visitas que recebemos de autoridades dos órgãos ambientais, surgem críticas quando cooperamos mais com um companheiro que vem correndo da França, que vai para o Lourenço e é amparado por nós.

Quero limitar a quantidade de cooperados dentro da cooperativa, mas esse acordo deixa uma certa preocupação. É um acordo muito ruim. Em vez de nossas autoridades estarem preocupadas com o Governo e com o povo francês, deveriam



estar mais preocupadas com a nossa classe garimpeira. Digo isso porque eu fui garimpeiro na Guiana Francesa, onde perdi um par de máquinas que foi queimado no garimpo da Ceremi, porque foi paga uma operação pelo Sr. Divino, que já morreu, um goiano muito ruim. Se houver algum goiano aqui, perdoe-me, mas aquele cidadão era muito ruim. Ele pagou 25 quilos de ouro para fazer uma operação dentro da região em que nós trabalhávamos, o garimpo da Ceremi, onde colega nosso foi amarrado, acorrentado no pé por 4 dias.

Isso traz muita preocupação para nós que estamos do outro lado da fronteira. Para lá, eu tenho certeza, não vou mais. Na hora em que eu sair da cooperativa como Presidente, vou garimpar, que é o que eu sei fazer.

Mas eu queria que os Srs. Deputados, que hoje defendem o povo brasileiro, que são eleitos em cada Estado, tenham um pouco de carinho pela classe garimpeira, porque é uma classe sofrida. São pessoas que estão jogadas dentro naquele mato, porque não tiveram a oportunidade de estudar. E hoje sabemos que a facilidade para o estudo está muito diferente da dos anos 80. Hoje, tem ônibus pegando aluno na frente de suas casas. No nosso tempo, não tinha. Eu andava 12 quilômetros atrás de uma escola, consegui fazer até a 5ª série.

Então, eu queria que as autoridades tivessem muita atenção, muito carinho e que olhassem para essa classe, porque hoje eu só vejo a defesa em relação ao povo francês. Temos garimpos dentro do Amapá, como o garimpo do Vila Nova; temos um garimpo na fronteira do Oiapoque com a Guiana, a cooperativa da nossa companheira Duda, que foi barrada. Por que não se traz soluções para agregar esse povo que está lá dentro, em vez de colocar os franceses para nos atacar, para nos bater, tomar o que é nosso do lado brasileiro? Porque não abrem sessões dentro dessas áreas, dentro desses garimpos, para trazer nossos colegas, que estão jogados do outro lado, para trabalharem em paz? Porque quem vive dentro do país dos outros, principalmente na Guiana, é tratado como um cachorro. Eu passei por essa situação e não quero passar mais. Estou aqui em defesa dos nossos colegas que estão lá jogados, em defesa do nosso povo também que está do lado de cá, como na fronteira do Oiapoque, no Lourenço e em Calçoene.

Então, eu queria que olhassem com mais carinho e não assinassem esse documento, tão ruim para a nossa classe garimpeira.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Muito obrigado, Toninho.

Maurício, dá uma palavrinha rápida sobre essa questão das DTVMs, empresas autorizadas a comercializar o ouro oficialmente. Havia uma em Oiapoque e houve também uma operação da Polícia Federal que fechou todas as DTVMs.

O SR. MAURÍCIO - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Muito rapidamente, Maurício? Não precisa ler. Dê apenas uma visão geral muito rápida, porque vou passar a palavra aos Deputados.

O SR. MAURÍCIO - Está bem.

Deputado Bala, eminentes Deputados membros desta Mesa, esse acordo, na verdade, já inspirou uma ação da Polícia Federal chamada Operação Bateia, e, nessa ação, a Operação Bateia criminalizou a atividade econômica das empresas DTVMs — Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários —, que adquirem o ouro como ativo financeiro. Em tese, o ouro produzido legalmente na Guiana Francesa, quando entra no território nacional, pela nossa legislação, é nacionalizado — no ponto em que entra no território nacional —, e as DTVMs o adquirem enquanto ativo financeiro e o encaminham para o mercado financeiro.

Com as ações da Polícia Federal, em homenagem a esse acordo, essa atividade foi criminalizada. As empresas hoje já não mais estão atuando dentro do Oiapoque, mas o ouro continua entrando. Hoje, ele é comprado clandestinamente e fomenta o crime de lavagem de capitais, de tráfico de entorpecentes, de tráfico de pessoas, de tráfico de armas e os próprios crimes contra a administração pública.

Então, na verdade, o acordo já está sendo utilizado em desserviço do povo brasileiro e da economia brasileira, além de afrontar uma atividade econômica que vinha fomentando a tão combatida economia regional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Obrigado, Maurício.

Vamos ouvir agora os nossos Deputados, que pacientemente estão aqui até agora, iniciando pela Deputada Dalva Figueiredo. Muito obrigado, Deputada.



A Deputada nasceu em Oiapoque. Por isso, tem uma relação cultural, política e histórica muito forte com o Oiapoque. A Deputada Dalva Figueiredo também já foi Governadora no Estado do Amapá.

A SRA. DEPUTADA DALVA FIGUEIREDO - Bom dia a todos! Quero cumprimentar todas as autoridades presentes na Mesa, em especial, meu companheiro Lobão e meu companheiro de divergências, Antônio Feijão. É companheiro de divergência, não é, Feijão?

Como o Amapá é muito pequeno, nós todos somos muito próximos. E é verdade, nasci em Clevelândia do Norte. Meu pai era militar, foi para lá, namorou a minha mãe — eis aqui a Dalva Figueiredo —, casou, enfim, formou uma família lá. Então, eu nasci em Clevelândia do Norte.

Quero inicialmente dizer que compreendo as dificuldades todas que enfrentamos no Oiapoque, seja por conta da definição de áreas indígenas, de áreas de conservação, seja por toda uma legislação que nos afeta.

Quero dizer também que sempre que há discussão sobre o acordo, a gente retoma o debate sobre áreas de conservação ou sobre terras indígenas.

Reitero — por isso chamei o Feijão de meu companheiro de divergência — que se há algo que nos orgulha é a definição de áreas indígenas. Temos outros problemas nas áreas indígenas: infraestrutura, transporte, educação, saúde, segurança, combate ao uso de drogas, agricultura, pesca. Isso, nós temos.

Como o Prefeito disse, não há garimpo ilegal no Oiapoque. Nosso problema é saber como vamos explorar nossas riquezas? Como vamos compatibilizar a definição das áreas de conservação, de áreas indígenas? Como vamos compatibilizar e explorar nossas riquezas?

Concordo que temos de rediscutir alguns pontos. É legítima a reclamação de muitos moradores do Oiapoque, eu diria da grande maioria do povo do meu Município, Oiapoque.

Também concordo com o que você disse. Está embasada na legislação o controle de transportes de mercadorias. Como vamos tratar isso?

Comumente, vemos franceses atravessarem as áreas. Inclusive o SBT mostrou uma reportagem com meninas e franceses nos hotéis, o assédio sexual; de



franceses com menores — pedofilia —, crime de exploração sexual. Queremos, com o acordo, combater a exploração sexual, o tráfico de armas, o tráfico de pessoas.

Na última vez em que estive no Oiapoque, Miguel, fui à casa de um policial federal que estava chegando. Um jogador de futebol que veio do Haiti estava sendo preso, era suspeito... Havia um pessoal lá que foi buscar abrigo na Polícia Federal por conta dessa história de coiotes, da exploração sexual e de escravidão. Então, isso tudo nós queremos lá, com o acordo: a Polícia Federal, a Receita Federal, a Polícia Rodoviária. Queremos investimentos também.

Na última reunião de um Presidente da República, e foi o Lula, com o Governador do Estado, ficou estabelecido que teríamos um projeto para saneamento básico, para esgoto sanitário. Temos um ponto importante, fruto de um acordo, mas os sanitários ainda são de madeira, de caixinha, para a maioria da nossa população. É da vida real que a gente está falando.

Deputado Azeredo, em 2002, Fernando Henrique criou — tenho até uma foto, outro dia eu a estava olhando, e a postei no Twitter e no Facebook, que têm seu lado bom — o Parque do Tumucumaque. Fui uma das poucas lideranças no Amapá que concordou e apoiou. Apanhei do Feijão — até hoje apanho dele — porque ele discordava veementemente. Àquela época ele era do PSDB e discordava; eu que era do PT — sou do PT — concordava. Mas também tenho que concordar com o Feijão e com muitos outros porque as compensações não foram feitas, desde a estrada, a BR, até outros investimentos naquelas áreas, nos Municípios localizados no entorno do Parque do Tumucumaque.

Então, qualquer reação é compreensível. Acho que este é o momento de se aprovar. Estava conversando aqui com o Marquezelli, que, com sua experiência, me falou de outras coisas aqui. Acho que ainda há tempo. Por isso fiz a pergunta com relação à faixa de fronteira, à exploração. O garimpo do Lourenço não é ilegal. Mas a gente também não tem financiamento, investimento e incentivo.

Sempre vou ao DNPM, ao Ministério de Minas e Energia com o pessoal da cooperativa, para que eles tenham condições de se equipar, de ter infraestrutura e de ter condições de fazer isso com respeito à questão ambiental. E eles não querem degradar. O Feijão mostrou as informações. E eu aprendo muito com o Feijão, embora divirja dele. Ele é absolutamente perfeito nas informações e dados que



dispõe até para que a gente possa discordar dele. Então, eu diria que há tempo ainda para a gente analisar alguns pontos.

Vou dar um exemplo. Eles não estão aqui. São os catraieiros. Eles fazem as catraias — a gente chama “puc-puc”, voadeira. São os catraieiros que atravessam com as pessoas. Eles estão desesperados porque, com a ponte, como fica o sustendo da vida deles?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Vivem disso?

A SRA. DEPUTADA DALVA FIGUEIREDO - Eles vivem disso. Então, são essas situações. A Oiapoque é um Município pequeno que merece ter essas garantias.

Quero reiterar que de 1998 até 2002 não foi construída nenhuma sala de aula de ensino profissionalizante no Oiapoque. Hoje temos o Instituto Federal de Educação. A Assembleia Legislativa votou um projeto de lei que doa uma área para construir. Temos a Universidade Binacional que está fazendo processo seletivo, com recursos do Governo Federal. E haverá o vestibular em agosto, se não estou enganada. Estamos reivindicando mais. Queremos celeridade nas negociações com os povos indígenas na BR-156.

O Governo Federal garantiu os recursos para que façam as compensações, pois a BR vai passar por dentro do parque. Então, em relação a todas essas questões, considero importantes as reivindicações, embora tenha a clareza de que esses acordos...

Eu, por exemplo, participei de várias reuniões com a Sra. Elza, na época do Governador Waldez, no Ministério de Relações Exteriores, para discutir o grupo de trabalho e suas ramificações por conta do acordo. A gente não tem informação de como estão hoje. Fizemos várias reuniões com a Sra. Elza e a responsável do Governo. Os Governos mudam e mudam as pessoas. Mas a gente queria, por exemplo, que a bancada do Amapá tivesse a informação de como ficaram esses grupos de trabalho em função do acordo, em relação a todos os aspectos, porque foi criado nas áreas de saúde, educação. Enfim, é um direito.

Quero concluir dizendo que um dos grandes desafios no Oiapoque é o seguinte: não existe garimpo ilegal, mas a maioria do comércio vende para as pessoas que vão trabalhar. Ele abastece do outro lado.



As pessoas perguntam: “Como a gente vai viver a partir de agora?” O comércio, o supermercado...

Uma coisa que é muito importante para nós, que a gente tenta desde 2002, é vender o nosso pescado para a Guiana, mas não consegue. As corvetas, os grandes navios de arrasto e tal entram lá e não temos a Marinha para dar conta. Entram, levam nosso pescado. E, por causa das barreiras alfandegárias, sanitárias — os técnicos sabem dizer.

O que a gente sabe dizer é que nós precisamos — nós avançamos nos investimentos — e queremos são alternativas de investimento que substituam as atividades econômicas das pessoas.

E é verdade. Eu vi o Mandi ser preso; eu vi, não. “Ah, foi preso lá na Guiana”. Deputado, eu, se me meto a besta e atravesso para lá, vou ser presa. Ainda bem que eu sou amiga da Marie, não sei o quê.

O nosso pessoal também tem dupla nacionalidade. Eu preciso ir atrás da minha. Todos eles ali têm dupla nacionalidade. Moram. Enfim, as famílias vão. Mas é verdade que a gente não pode atravessar e é verdade que há muitos presos brasileiros sem conseguir atenção jurídica. Não conseguem nem dar aquele famoso telefonema para o Brasil.

Uma vez estive lá, no Ministério das Relações Exteriores. Mostraram-me uma cartilha e tal. Mas o trânsito precisa ser como é o dos franceses para o Brasil. Claro que eles não querem garimpo ilegal na terra deles, nem querem que nós permitamos isso, como nós não queremos que eles façam tráfico de pessoas e exploração sexual do nosso lado — é comum, do hotel, ver os franceses atravessarem a praça.

Vereador Lobão, nós vamos fazer a Praça Ecildo Crescêncio, seu pai, porque eu vou colocar a emenda — que foi perdida. Eu vou reiterar, para que a gente tenha uma praça digna no nosso querido Oiapoque.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Obrigado, Deputada Dalva.

Apenas alguns aspectos, Deputado Marquezelli. Por exemplo, na questão das compensações. Não há interlocução com o Governo. Não conseguimos identificar.



Todas as vezes que eu tentei conversar com o Itamaraty sobre compensações, o Itamaraty disse que não era lá, porque ele trata da questão diplomática.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - É ele que assina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Há vários Ministérios envolvidos. Relativamente à pesca, eu estou propondo há tempo um acordo sobre pesca. Vamos combater a pesca clandestina que existe na região, que isso interessa aos dois países, e investir na indústria pesqueira. Aí poderemos ter um acordo bom para o Oiapoque. Mas nós não conseguimos avançar.

V.Exa. tem a palavra, Deputado Nelson Marquezelli. E obrigado pela paciência, mais uma vez.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Sr. Presidente, quero cumprimentar a Mesa. Eu estou aprendendo.

Vocês falaram que era um paulista, é um paulista. Em São Paulo não acontece isso. De jeito nenhum. Desculpe-me, mas vocês estão muito acomodados lá. Já deviam ter reagido. A reação é gritar — esta Casa aqui gritar.

Quando o Ministro Barbosa fala alguma coisa, o pessoal acha ruim. Ele falou pouco. Deveria ter falado um pouco mais sobre o que ele sabe. A culpada por isso é esta Casa. Não dá para assinar um convênio desses. Até o pessoal do Itamaraty, antes de assinar, vinha aqui conversar com o nosso Departamento Jurídico, com o nosso Presidente.

Eu bati palmas para o Renan: nós votamos aqui medidas provisórias e enfiamos na goela deles para que votassem no mesmo dia. Ele disse: *“Chega. Temos que ter 7 dias para nós pelo menos lermos”*. Duas medidas provisórias caíram ontem. Não vão mais medidas provisórias com menos de 7 dias para eles. Esta Casa vai votar as medidas pelo menos 14 ou 15 dias antes de elas vencerem, para que eles tenham 7 dias para apreciá-las e votarem.

Respeito é coisa que se impõe. Não pode ficar do jeito que está. Não pode o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim — meu amigo —, fazer o negócio sem consultar as bases, sem ver o que dá para fazer.

Eu estou dizendo a ela que vou ajudá-la. Vamos ver o que podemos fazer. Temos o nosso Jurídico na Ouvidoria, e nós vamos mudar tudo o que vocês fizeram, ou não vamos aprovar. Ou vamos sentar aqui na terça-feira, Governador, e vamos



negar — pela primeira vez na história, a Câmara não vai aprovar, mas vetar um acordo. Porque não é possível.

O que eu ouvi, coincidentemente... Temos o costume de ver só o que interessa ao próprio Estado. Mas, como me colocaram na Ouvidoria, empurraram-me o setor de defesa, talvez porque em Pirassununga existe Aeronáutica e Exército. Então, vim para cá e comecei a ver que o Calha Norte, com um orçamento regular — nos últimos 10 anos, colocam de 1% a 5% apenas... É dinheiro para vocês, é dinheiro para colocar as Forças Armadas lá para ajudá-los. Acabaram de fazer um contingenciamento de quase 4 bilhões nas Forças Armadas — para poder prestar ajuda a vocês, Feijão. Se colocarem duas ou três viaturas das Forças Armadas lá, o lado de lá vai nos respeitar. Não sei quem falou isso, mas é fato que, quem quer a paz reforça suas Forças Armadas, para cada vez ficar mais forte e poder ser respeitado.

Essa mensagem não vai passar. E eu quero já requerer uma cópia desta audiência para levar para o meu departamento jurídico a fim de poder estudar sobre o que ouvi aqui. O Feijão vai me ajudar em relação ao que podemos fazer aqui. Já falei com o Gilberto. Podemos sentar com dois ex-Governadores — temos aqui dois ex-Governadores.

Não é possível o que ouvi ontem da Venezuela. Disseram: *“Deputado, uma carreta de cocaína custa mil dólares para levar para o Brasil”. “Mas como?” “O Exército lá pega mil dólares e põe a carreta do lado de cá.”*

E aqui estão matando nossa gente, os filhos. Há droga em todo o Brasil. Não há uma escola no Brasil, principalmente no Estado de São Paulo, que não haja gente vendendo cocaína na porta. E, agora, o *crack*.

O que é isso? Duzentos milhões de brasileiros querendo fazer gracinha, fazer duas hidrelétricas do lado de lá para a gente comprar energia deles? Que acordo é esse que o Itamaraty faz? Não dá mais. Alguém precisa se rebelar nesta Casa. Não dá mais para aguentar o que está acontecendo no relacionamento do Brasil com os demais países da América do Sul. Não dá mais.

Deputado Sebastião Bala Rocha, eu quero colocar poucas palavras. Eu lhe admiro, sou seu fã pela sua luta na Comissão de Trabalho. Nessa, eles vão fazer e você vai ter um paulista do seu lado.



Muito obrigado. Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Obrigado, Deputado Nelson Marquezelli, que, como mencionou, é o nosso ouvidor da Câmara dos Deputados.

É importante destacar, Deputado Marquezelli — antes de conceder a palavra ao Deputado Eduardo Azeredo, a quem agradeço de novo a paciência, que está aqui porque também participou de reuniões sobre o assunto com o Embaixador da França e no Itamaraty —, que a repressão já existe na questão específica da exploração do ouro dos garimpos na Guiana Francesa.

Isso acontece no Oiapoque, onde a Deputada Dalva nasceu. Eu já estive lá, já fui lá ao porto. Toda a embarcação que sai da cidade de Oiapoque para ir a Vila Brasil, que é uma comunidade que existe no alto do Rio Oiapoque, e, segundo as notícias, que fornece os suprimentos para os garimpos, tem que parar no porto do Exército — todas as caixas, todo o tipo de material que navega pelo rio Amazonas, levado por essas embarcações, é vasculhado e averiguado no porto do Exército. Já existe o controle de venda de combustível. Há limites de quantidade de combustível que você pode levar ao longo do Rio Oiapoque.

Então, o acordo soa mais como uma tentativa de reforçar a repressão, e não para encaminhar mesmo uma solução definitiva.

Tem a palavra o Deputado Eduardo Azeredo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Presidente desta audiência, Sebastião Bala Rocha, quero dizer que ficou bem mais clara a questão com esta reunião. Já me disseram, no passado, que o Deputado Sebastião Bala Rocha estava segurando esse assunto porque havia alguns interesses pessoais. Eu estou vendo que não existe nada disso, que é o interesse público que está em jogo.

Na verdade, a origem do problema está no fato de assinarmos acordos, não só esse, mas assinarmos vários acordos sem que passem pelo Congresso. Isso não é culpa do Itamaraty, é culpa da nossa legislação.

Nós assinamos acordos, o Presidente assina acordos sem que eles sejam discutidos, e depois temos somente que carimbar. Esse que é o problema.

Por outro lado, também temos que dosar um pouco as argumentações, permitam-me colocar assim. A Guiana Francesa é outro país. Eles têm todo o direito



de terem as suas medidas de contenção, de repressão. Eles têm o direito de fazer uma ação. Não podemos chegar lá, ir entrando e achar ruim que seja assim.

“Na França, entramos sem visto”. Está bem. Esse então é um ponto que tem de ser visto. É diferente, porque descemos no aeroporto da França e entramos sem visto, mas temos de mostrar o passaporte e não podemos trabalhar lá. Se for trabalhar, lá também vamos ser punidos.

O brasileiro que trabalhar ilegalmente vai ser punido, mesmo ser ter necessidade de visto. Quanto à questão das terras, pode parecer que, lá em Minas, se pode garimpar. Não é assim. Em Minas também há áreas protegidas e áreas indígenas. Por incrível que pareça, temos quatro áreas indígenas lá.

Então, temos de respeitar a questão das áreas indígenas, das áreas de preservação ambiental, sim. *“Ah, mas os Estados do Norte, como foram ocupados depois, acabam pagando um preço mais caro, porque têm mais áreas preservadas do que os Estados do Sul”.* Sim, é a realidade. Isso acontece no mundo também. Não adianta ficarmos brigando com a realidade.

Os países europeus usaram a questão o seu território e hoje lutam para buscar a preservação ambiental. Questionar parques, questionar áreas indígenas, não é um bom caminho. O caminho é buscar o quê?

É inaceitável que uma ponte que custou várias centenas de milhões esteja parada, esteja fechada e não tenha acesso. É inaceitável que lá não existam Receita Federal e Polícia Federal funcionando como é preciso.

Deputado Marquezelli, esse é um assunto que não pode ser tratado só da Comissão de Relações Exteriores.

No meu partido, tenho dito: *“Vocês estão míopes, não estão enxergando que para fazer oposição temos um campo muito mais fértil na Comissão de Relações Exteriores do que em outras Comissões com que o partido fica se preocupando?”*

Ainda ontem estávamos mostrando. A Presidente da República perdoou 900 milhões de dólares de dívidas de países africanos. No primeiro momento, ótimo. Países pobrezinhos, coitados. Mas, na hora em que se olha não é bem isso. Alguns países ali têm regimes ditatoriais, têm bilionários governando o país. Então, espere aí! Devagar! Será que esses milhões não poderiam ter sido utilizados no Amapá? Talvez fosse melhor para a proteção de fronteira.



Estou cobrando do Edilson, nosso Secretário da Comissão, a presença da Ministra Miriam Belchior. Aprovei esse requerimento em novembro de 2011. Ela não veio aqui até hoje.

O que temos de discutir com ela? Isso aí. Queremos discutir exatamente por que ela não libera os recursos. Quais são os critérios dos recursos da defesa? Ela esteve no Congresso ontem. Pelas notícias que eu tive, ela disse que está tudo bem.

Até mesmo em relação às emendas parlamentares, ela disse: *“Estão bem.”* Só se forem as outras. Agora, no meu caso, a de 15 milhões a que eu tinha direito, empenhou-se 4. Empenhar 4 milhões de 15 milhões é um desaforo com o Parlamentar. E não é conosco o desaforo. É com os Prefeitos. É com o trabalho de quem busca esses recursos.

Na verdade, ela diz que está tudo bem, que não tem problema. Por isso, temos o projeto do orçamento impositivo.

Vamos ver novamente, Edilson, com o Presidente Pellegrino essa questão de a Ministra vir aqui de uma vez por todas e falar sobre a defesa.

Acho que a questão do Amapá tem de ser tratada sob o ângulo da defesa e tem que ser tratado sob um enfoque maior esse acordo. Concordo realmente, ouvindo um pouco mais, que a questão não pode ser tratada assim. Ela vai ter de envolver outros Ministérios, um grupo que possa discutir melhor, que haja realmente a garantia de que não haverá invasão de nossa soberania. Não temos de invadir a soberania da França. Mas eles não podem invadir a nossa também.

Agora já está aprovado na França. O ex-Secretário, quase Conselheiro, saiu. Então, não sei se aprovou na França. Mas não se pode votar de imediato mesmo, Deputado Bala. Acho que V.Exa. teve razão em ter segurado o projeto.

A SRA. DEPUTADA DALVA FIGUEIREDO - Quando irá entrar na pauta? Já foi marcado algo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Estou sendo pressionado para colocar em pauta a qualquer momento.

O senhor vai usar a palavra, eu não sei, eu queria combinar aqui, os que puderem dispensar as chamadas considerações finais.



Eu sei que o Conselheiro vai precisar falar ainda. Mas antes, até para me posicionar, quero falar sobre o questionamento que fez o Deputado Eduardo Azeredo.

O acordo já foi ratificado lá no Congresso da França. Enquanto não ratifica, o que acontece? Essa é a situação. Mas a grande questão é que não houve qualquer disposição, nem do Brasil nem da França. Eu tive várias conversas com os embaixadores franceses, com quem eu tenho um bom diálogo, com o Governador da Guiana Francesa, com o representante do Governo da França, na Guiana Francesa. Tive vários diálogos, muitos encontros para tratar desse acordo.

Senador, Governador, Deputado Azeredo, a sua Capital, Belo Horizonte, tem um acordo de cooperação descentralizada com a França, mas o Oiapoque não tem. É isso que o Dr. Gilberto colocou, eles investem. Vitória do Espírito Santo tem, São Paulo tem, Curitiba tem. Eu fui a um encontro sobre cooperação descentralizada em Lyon. Eu sei do que estou falando. Muitos Estados e cidades brasileiras têm acordos de cooperação bilateral com cidades e Estados da França, e no Oiapoque não tem. E quando eles fazem, o fazem com Macapá. É assim: o avião passa por cima de Oiapoque, as autoridades descem em Macapá, fazem o acordo sobre Macapá e não sobre o Oiapoque. O que existe de acordo ainda é na área ambiental, que é coisa boa também, mas é muito pequeno, perto das complicações que esse acordo traz. Não se trata de complicação do ponto de vista da legislação. A legislação já está posta.

O Conselheiro foi muito feliz de trazer aqui esse assunto — eu quero ficar com esse material, se o senhor puder me conceder. Porque já há o respaldo legal de tudo. Mas é do ponto de vista da pressão psicológica, do terrorismo psicológico que esse acordo vai fazer em cima da população, dos comerciantes, dos catraieiros, de quem navega no Rio Oiapoque, até pescadores. O acordo fala aqui das embarcações de fiscalização, do rigor na fiscalização.

O problema é esse, é aquele preconceito de achar que no Oiapoque só existe atividade ilegal. É esse tipo de preconceito, de discriminação que nós estamos tentando desmitificar. No Oiapoque também há atividades legais. E quanto mais o Governo investir em pesca, em educação, como colocou a Deputada Dalva, em universidades, em instituto federal, em área de livre comércio... Aliás, existe um



projeto de minha autoria, que já foi votado em duas Comissões na Casa, que trata de área de livre comércio para o Oiapoque. Mas o Governo não negocia, não indica um interlocutor para negociar. Então, enquanto não negocia, nós vamos segurando a votação do acordo, até que de fato se torne inevitável e ele venha a ser votado.

Eu vou conceder a palavra ao Lucas Evangelista, Vereador de Calçoene, por 2 minutos. Depois, vou conceder ao Conselheiro, para encerrarmos.

O SR. LUCAS EVANGELISTA DA SILVA COSTA - Eu só quero reforçar o que já foi dito. Estava ouvindo atentamente a leitura do Dr. Pablo, que leu o que já está na lei, mas se esqueceu exatamente do ponto polêmico, do ponto crítico do acordo, que é aquele sobre o qual o Dr. Gilberto Pinheiro fez uma explicação mais detalhada sobre o direito.

A nossa preocupação é exatamente é essa. O item que o senhor se esqueceu de ler, na verdade, não soluciona o problema da garimpagem clandestina, ao contrário, vai aumentar o problema, porque na medida em que atinge 150 quilômetros de fronteira na parte do Brasil, a própria cooperativa que é legalizada, pode, por conta disso, ser considerada ilegal em algumas coisas. Ou seja, vai criar mais problemas. Então, o acordo é ruim por conta disso. Não sei por que colocar em acordo se já está na legislação.

O problema é exatamente esse. Por que o acordo é ruim? Começou quando o fizeram sem ouvir ninguém. Acho que era para começar assim, numa audiência pública, ouvindo as pessoas, para dali sair o acordo, sair o que era melhor para resolver o problema. A solução do problema é legalizar mais áreas de garimpo do lado do Brasil, aí os garimpeiros que estão na França virão para o Brasil. Nós não estamos questionando o lado francês. Nós não estamos pedindo para ir trabalhar do lado francês, sem visto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - E nem defendendo as atividades irregulares que acontecem lá.

O SR. LUCAS EVANGELISTA DA SILVA COSTA - Não. Jamais, jamais. Nós estamos defendendo a parte do Brasil, do nosso lado. O Dr. Maurício falou aqui rapidamente sobre a Operação Bateia e que eles já estão olhando para esse acordo, sem ser aprovado, mas já se respaldando no acordo.



Dr. Maurício, acho que o senhor não ficou sabendo, os senhores aqui presentes, os Srs. Deputados também, que, no garimpo do Lourenço, por pouco não foi queimada uma máquina, uma máquina nova comprada aqui em Goiânia, porque o operador da máquina não estava com a nota fiscal naquele momento. Então, esse item do acordo vai nos obrigar a andar com uma pasta de documentos, como se fosse o IPVA do carro, e pior, e quando a gente esquece IPVA em casa, o guarda recolhe o carro, a gente vai buscá-lo, etc. Mas, nesse caso, não tem essa prerrogativa, aí vai tocar fogo.

Nós não podemos aceitar isso de forma alguma. A questão vai além de garimpo. Eu acho que compromete não só a atividade garimpeira, compromete a própria soberania do País, fere a Constituição.

Portanto, peço a V.Exa. que se atenha a esse item, não defenda, porque essa não é uma questão centralizada em atividade garimpeira ilegal. E se querem realmente resolver o problema da atividade garimpeira ilegal do lado da França, vamos chamar toda essa turma que está aqui, que conhece um pouco, e dizer: “*Olha, vamos legalizar o garimpo do lado brasileiro*”. Os brasileiros não estão lá sofrendo porque gostam de sofrer, mas porque da nossa parte, do Brasil, não estão sendo dadas as condições necessárias para eles permanecerem no Brasil. É isso que está faltando. Eu entendo que essa é a solução. Esse acordo não soluciona problema de garimpo clandestino, ao contrário, vai piorar a situação, vai ser um problema maior.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Obrigado, Vereador. Desculpe-me eu ter feito tardiamente o registro da presença de V.Exa.

Eu quero dizer, Conselheiro Pablo, encerrando a minha participação também, para ouvi-lo, que quando o acordo é bom a gente aprova. Eu fui Relator daquele acordo de segurança pública, Deputado Azeredo, e nós o aprovamos rapidamente, porque ali não havia o que questionar. Era um apoio de combate ao tráfico de pessoas, ao tráfico de drogas.

Agora nós temos, também, que fazer um acordo, Deputada Dalva, para combater a exploração sexual lá no Oiapoque. Se há acordo para combater a



exploração ilegal de garimpo, vamos fazer um para combater a exploração sexual lá no Oiapoque. Vamos fazer um acordo sobre pesca, que é uma coisa boa, positiva, e que a França aceita, mas o Brasil não dá o primeiro passo. Já questionei isso várias vezes, coloquei várias. O senhor está me ouvindo pela primeira vez, mas eu já coloquei esse tema várias vezes, um acordo de pesca, porque ele é positivo, ele é bom para os pescadores e para o povo de Oiapoque.

Com a palavra o Embaixador Pablo Duarte Cardoso, para que nós possamos encerrar nossa audiência pública.

O SR. PABLO DUARTE CARDOSO - Obrigado, Deputado. De início, permita-me simplesmente dizer que o Itamaraty aprecia muito o trabalho que V.Exa. vem conduzindo como Presidente do Grupo de Amizade do Brasil com a União Europeia. Eu e os meus antecessores no cargo nos colocamos a sua inteira disposição para discutir temas de pesca, questões sociais, enfim, questão gravíssima da prostituição que o senhor mencionou aqui. Estou à sua inteira disposição para trabalharmos juntos no futuro.

Queria, muito brevemente, concordar integralmente com algo que V.Exa. e o Deputado Feijão disseram no início. O Amapá não é um problema; o Brasil deve muito ao Amapá. O próprio Deputado Feijão citou aqui, no início, a gratidão do próprio Barão do Rio Branco; foi pela escolha dos amapaenses que esse pedaço de terra resolveu ser brasileiro. Se há compensações a serem feitas ao povo do Amapá por esse esforço e por seu compromisso com a brasilidade, é algo em que todo Governo Federal, de fato, deve se envolver.

Começamos a nos envolver nisso, sim. Acho que desde 2005 houve uma mudança importante, foi quando os Governos do Brasil e da França começaram a desenvolver essa visão comum de que essa é a nossa maior fronteira terrestre e de que nós precisamos trabalhar pela integração desse espaço, pela integração do espaço da Guiana Francesa com o Amapá. Precisamos criar novas oportunidades, favorecer o espírito empreendedor do povo do Amapá. Eu quero registrar que, em março, eu percorri todo o Estado de carro e fiquei muito impressionado com o dinamismo que eu vi do lado brasileiro da fronteira.

Aproveitemos este momento, aproveitemos o momento em que os Governos do Brasil e da França olham para o Amapá, olham para a Guiana, investem na



ponte. Tenho certeza de que, tão logo inaugurada, a ponte vai constituir um polo de dinamismo ali. Oiapoque, que eu tive a ocasião de visitar pessoalmente, vai se beneficiar desse trânsito, como Uruguaiana e Passo de Los Libres, ao sul do Brasil.

Reitero o meu entendimento, escudado aqui em pareceres do Ministério da Justiça, do Ministério de Minas e Energia. Levamos em conta toda a legislação brasileira. Não posso concordar com a afirmação de que haja qualquer coisa nesse acordo que viole o devido processo legal. Agradeço ao próprio Desembargador Gilberto Pinheiro por ter recordado o art. 21, parágrafo único, da lei que cria a permissão de lavra garimpeira, que já prevê a questão da apreensão dos frutos do garimpo ilegal. Todo o resto, se posso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Mas não a destruição, não é?

O SR. PABLO DUARTE CARDOSO - E vou chegar aí, Deputado, ao resto do Acordo. O seu art. 4º, inciso II, fala em destruição, e eu só me permito assinalar ao que ele faz referência. Esse artigo remete a questão à legislação brasileira, dizendo que as partes se comprometem a implementar, de conformidade com as suas respectivas legislações nacionais, as medidas que seguem. Se a legislação brasileira não prevê a destruição — e me dou por vencido, eu não posso pretender ser especialista em legislação de garimpo —, se a legislação brasileira não a prevê, será decisão soberana desta Casa deliberar sobre essa questão. Eu tenho certeza de que esta Casa, como ficou demonstrado aqui, saberá velar pelo interesse nacional, saberá velar pela preservação dos princípios jurídicos que são caros ao povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Obrigado, Dr. Pablo. Como o senhor pode ver, com esse Acordo, vamos supor que saísse uma legislação nova, que é o que diz o artigo sobre essa questão de destruição de bens apreendidos, valeria só para a nossa área lá? E o resto do País, onde há também muitas atividades criminosas e apreensões de bens? Quer dizer, não vai valer para o resto do Brasil? Só vai valer para a nossa fronteira lá, para os 150 quilômetros? Então, é por isso que nós temos que olhar com bastante cuidado esse aspecto do Acordo.



Com a palavra o Dr. Gilberto.

O SR. GILBERTO PINHEIRO - Aqui é claro: o art. 4º, alínea “b” fala em destruição nos locais. Está aqui, não sou eu que estou dizendo. Está aqui, isto aqui é claro. Isto aqui fere a Constituição Federal, porque na Constituição Federal nós temos cláusulas pétreas, que não podem ser mudadas. Uma é o direito ao devido ao processo legal. O que é o devido processo legal? É que existe direito à ampla defesa. Que ampla defesa? *“Conselheiro, nós moramos lá, nós conhecemos a nossa região. O senhor esteve lá, passou agora, de carro. Nós moramos lá, nós andamos na nossa região e conhecemos a realidade da nossa região. Aqui, o senhor vê a gente de terno e gravata, mas lá a gente anda. A gente conhece a Amazônia, porque nós temos uma obrigação. E a gente sabe da situação.”*

Há coisas que acontecem lá e que não falamos aqui — eu já fui ao Itamaraty várias vezes — em que os senhores não acreditariam. Eu já vi prisão de brasileiro. Quando eles chegaram próximo de nós, que nos viram, não sabem o tratamento como é. Não é assim. A gente luta. Nós elogiamos o Itamaraty. Inclusive, já estivemos com o Deputado Sebastião Rocha, o Deputado Feijão, a Deputada Dalva. Temos documentos, assinados desde 2008, em que nós estamos mostrando a situação. Nós já cantávamos, dizíamos o que ia acontecer. Esta situação de garimpo — nós temos documentos, inclusive — chegamos a mostrar lá e sugerimos medidas. No Amapá, há mais de 20 anos que nós estamos em contato com os franceses. Agora, por exemplo, dia 28, nós vamos levar uma juíza francesa ao Amapá para falar dessa relação. Nós temos, sim, sugestões para fazer na área de acordos internacionais, só que os franceses não vão aceitá-las.

Eu lhe digo por quê: em 2007, nós realizamos o primeiro congresso internacional sobre Direito Amazônico para tratar da relação Brasil-França, como se a pratica. E nós colocamos 12 proposições — uma delas, por exemplo, a questão da carta rogatória. O senhor sabe como é que sai uma carta rogatória? Hoje melhorou, mas ela saía de Caiena e ia sabe para onde? Para a Martinica, e depois voltava. Os franceses não aceitaram essa proposição, e aí eu disse: *“Olha, então é melhor a gente assinar quatro delas”*. E assinamos quatro propostas.



Nós damos as sugestões, por quê? Porque nós temos a obrigação e nós queremos ajudar; porque nós sabemos da situação que é a região do Oiapoque. Então, o que acontece lá? O senhor falou sobre isso ainda há pouco.

Eu tenho passaporte oficial porque eu faço conferências no mundo inteiro. Eu tenho publicações sobre a área ambiental e sobre várias áreas no México, no Peru, na Argentina. Eu cheguei à Martinica com passaporte oficial, e ela pedindo visto. Eu digo: “*Não precisa de visto.*” Em Caiena, em São Jorge, ocorreu o mesmo. Várias vezes eu já tive esse problema. Então, nós conhecemos a situação a fundo. E nós não queremos aqui questionar o Itamaraty, ir contra ele. Pelo contrário, nós queremos ser soldados para sermos ouvidos; nós queremos trabalhar juntos, porque é o Brasil. Eu não quero disputar, nós não queremos disputar nada com o Itamaraty; pelo contrário, nós temos orgulho, muito orgulho do nosso Itamaraty.

Agora, o que queremos é contribuir para a melhoria da situação. Quem está lá sabe que é difícil. E não é só o garimpeiro; lá nós temos três situações: a questão do imigrante; a questão ambiental e a questão dos garimpeiros.

Há tanta coisa para falarmos, mas o tempo é curto, e eu já estou tomando tempo. Mas o dia em que quiserem nos ouvir sobre acordos internacionais, inclusive sobre como coibir essa questão, na área jurídica, temos sugestões. É saber se os franceses vão querer assinar acordos ou não, porque eles têm medo de assiná-los. E nós, a Deputada Dalva, o Deputado Sebastião Rocha, o Deputado Feijão, temos propostas. Nós estamos aqui à disposição para ajudar e para resolver esta situação.

Eu sempre digo que na nossa região nós estamos em cima de uma mina de ouro passando fome. Nós estamos em cima de uma mina de ouro passando fome, e nós precisamos de qualidade de vida, melhoria para o nosso povo. Eu sou desembargador e poderia estar muito bem, mas eu me preocupo porque, acima de tudo, eu sou um amazônida.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Muito obrigado.

Deputada Dalva, Vereador Lucas Evangelista, Toninho, Dr. Maurício, Vereador Lobão, Deputado Feijão, Prefeito Miguel, Conselheiro Pablo e Dr. Gilberto Pinheiro, muito obrigado. Obrigado a todos que permaneceram aqui até este momento.



Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião, agradecendo a presença aos convidados...

A SRA. DEPUTADA DALVA FIGUEIREDO - Desculpe-me, só para fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Pois não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA DALVA FIGUEIREDO - Eu não sou mais da Comissão de Relações Exteriores, mas nós não poderíamos, na Comissão, pedir um espaço para fazer uma ampliação disso com os outros Deputados? Viemos para esta reunião, levantamos os questionamentos, e eu pediria a V.Exa. que acatasse aquela proposta de fazer uma reunião com a nossa bancada, os Senadores e Deputados, e a própria representante do Governo. Poderia ser lá ou no Amapá. É a mesma coisa, Deputado Sebastião Bala, que pedíamos antes da votação, um espaço para fazer uma reiteração das nossas preocupações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - É, vamos ver se o Presidente vai nos conceder.

A SRA. DEPUTADA DALVA FIGUEIREDO - Vamos juntos falar com ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - Senão vai ser no dia da votação, que ainda vamos ter que...

A SRA. DEPUTADA DALVA FIGUEIREDO - Pois é, mas eu queria antecipar algumas tratativas antes da votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) - É interessante a proposta. Eu acho que podemos encaminhá-la, Deputada Dalva. Obrigado pela sugestão.

Muito obrigado.

Está encerrada a nossa reunião.